

**BTH**

**2021**

# **BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS**

GUIMARÃES . SÉRIE III . VOL X 2021

# **Os homens que fundaram a Associação Comercial de Guimarães**

## **Os homens que fundaram a Associação Comercial de Guimarães**

*Manuela de Alcântara Santos*

### RESUMO

Evocam-se, neste artigo, nove homens de negócio vimezanenses que, no ano de 1865, lançaram as bases de uma associação profissional para defesa e promoção da classe dos comerciantes – os cinco que redigiram os Estatutos da Associação Comercial de Guimarães, e os quatro que com eles integraram os primeiros órgãos sociais eleitos da novel instituição.

Estes nove indivíduos constituíam um grupo heterogéneo, quer na idade, quer no nível de fortuna e de prestígio, quer no ramo de atividade que exerciam. Tinham, contudo, um lastro social e cultural comum: todos eram homens de ação, pertenciam à burguesia em ascensão e acreditavam no Progresso, de que queriam ser agentes. Atravessaram o período histórico conhecido por Regeneração (1851-1868), assistiram às inovações nos transportes e nas comunicações promovidas pelo positivismo.

Com recurso a documentação existente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, esboçou-se o perfil e o percurso de cada uma das personalidades consideradas, com destaque para João de Castro Sampaio, António do Espírito Santo, António José Pereira Caldas (pai) e João António da Silva Areias. Estes e os demais refletem as tendências e as contradições da época de mudança em que viveram.

## Os homens que fundaram a Associação Comercial de Guimarães

*Manuela de Alcântara Santos*

### 1. Introdução

12 de março de 1865. Na casa do negociante vimaranense António do Espírito Santo, no Terreiro da Misericórdia (que é hoje a sede da associação Convívio), reuniu-se um numeroso grupo de comerciantes locais, por iniciativa de um deles, António José Ferreira Caldas. Pretendia-se com essa reunião dar um primeiro passo com vista à criação em Guimarães de uma Associação Comercial que representasse a classe e advogasse os respetivos interesses, à semelhança das que já existiam em outras praças comerciais do Reino.

A ideia mereceu a aprovação dos presentes e imediatamente se elegeu uma comissão organizadora, constituída por João de Castro Sampaio, António José Ferreira Caldas, Francisco José da Costa Guimarães, José Custódio Vieira e José Joaquim de Lemos, com o fim de redigir um projeto de estatutos, que veio a ser debatido e aprovado em reunião magna realizada a 26 do mesmo mês no Teatro D. Afonso Henriques. O documento foi depois submetido à aprovação do monarca reinante, D. Luís, que o aprovou por alvará de 3 de outubro de 1865.



Fig. 1 - Teatro D. Afonso Henriques. Coleção de Fotografia da Muralha.

Declara-se no artigo 1.º dos Estatutos que podem pertencer à Associação “todos os comerciantes tanto nacionais como estrangeiros”. Fique claro que não há no documento qualquer referência a industriais, o que virá a acontecer pela primeira vez no projeto de Estatutos de 1882. Mas na lista inicial de sócios há alguns homens dos ofícios, cujas oficinas continuavam a ser simultaneamente lugar de fabrico e posto de venda, e igualmente indivíduos que acumulavam as actividades comercial e industrial.

O artigo 2.º dos Estatutos exprime os fins da novel associação: “promover e cimentar entre os associados relações de amizade, e dar ao comércio um centro que conheça das suas necessidades e que, pelos meios legais, defenda e promova os seus interesses”.

Há indícios, contudo, de que o segundo objectivo enunciado não foi alcançado nos primeiros três anos de vida da Associação Comercial de Guimarães. Os 100 sócios iniciais – os 97 que se inscreveram de imediato somados aos 3 que o fizeram nos meses seguintes - irão diminuir progressivamente, quer devido a falecimentos, quer por iniciativa própria de abandonar a Associação, quer ainda por serem “despedidos”, de tal modo que em 31 de janeiro de 1867 já só havia 88 associados, e um ano depois apenas 57<sup>1</sup>. No “Livro de Matrícula da Associação Comercial de Guimarães”<sup>2</sup> estão registados os nomes, as moradas, as datas de inscrição e de saída de cada um dos cem, mas não consta, infelizmente, o respectivo ramo de comércio. Privados assim de um dado que seria da maior relevância para uma visão de conjunto do comércio vimaranense de então, resta-nos esboçar a geografia comercial da cidade de Guimarães, embora reconhecendo as limitações da tentativa. O centro de negócios era indubitavelmente o Largo do Toural com 25 associados, seguido da Rua de Couros com 10, da Porta da Vila com 7, da Rua da Fonte Nova (hoje Rua de Santo António) com 6, dos Terreiros da Misericórdia e de S. Francisco com 5 cada, da Tulha com 4, da Praça de Nossa Senhora da Oliveira, da Rua dos Mercadores, da Rua Sapateira, da Rua de S. Paio e da Rua de S. Domingos com 3, os restantes dispersos por zonas periféricas.

De acordo com os Estatutos da Associação aprovados superiormente, realizaram-se eleições a 29 de outubro de 1865. O núcleo dos organizadores continuou presente nos órgãos sociais eleitos, que ficaram assim constituídos: Assembleia-Geral – presidente, António do Espírito Santo; vice-presidente João de Castro Sampaio; secretários, Francisco José da Costa Guimarães e José Joaquim de Lemos. No elenco diretivo encontramos os nomes de José António Peixoto de Lima, presidente; João António da Silva Areias, secretário; Custódio José Gomes e José Custódio Vieira, diretores; e António José Ferreira Caldas, tesoureiro (CACHADA, 1990: 19-20). É provável que a escolha de José António Lima e de João Areias, que não haviam feito parte da Comissão Organizadora, se tenha ficado a dever ao interesse demonstrado por ambos em intervenções e propostas que apresentaram em reuniões anteriores<sup>3</sup>.

## 2. O comércio no programa da Regeneração

Para entender o contexto em que surgiu a Associação Comercial de Guimarães, torna-se necessário remontar à primeira metade do século XIX. No que diz respeito ao comércio, o triunfo das ideias liberais pautou-se inicialmente pela eliminação de alguns bloqueios que pesavam sobre essa actividade. Foi assim publicado um conjunto de medidas liberalizadoras: abolição das portagens e peagens, das licenças de circulação, dos monopólios municipais, dos privilégios de várias companhias, de parte das sisas e dízimas; extinção da Junta de Comércio, criada pelo Marquês de Pombal, detentora de amplas funções regularizadoras e fiscalizadoras relativas ao comércio interno, comércio externo e transportes marítimos. Eliminadas estas formas de intervencionismo, ao Estado liberal caberia o ordenamento jurídico do sector, isto é, criar o enquadramento legal que regulasse a livre circulação e distribuição das mercadorias. Surge assim, em 1833, o primeiro Código Comercial Português, da autoria do jurista e político Ferreira Borges, que se manteve em vigor até 1888. Nele estão previstas certas associações de tipo económico. Em 1867, um decreto permite a formação de sociedades anónimas sem autorização governamental (VAQUINHAS; CASCÃO, 1993: 446).

---

1 Livro de receita e despesa da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1871, ACIG 57, fls. 7 e 8, respetivamente.

2 1865-1866. ACIG 76.

3 Livro de actas das sessões da Assembleia-Geral da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1880, ACIG 61, passim.

Do espírito desta legislação e de um certo desenvolvimento da atividade económica que então se verificou gerado também pela paz civil, resultou o aparecimento de associações comerciais de natureza privada, isto é, não estatais, criadas por iniciativa dos homens de negócio: em Lisboa, a Associação Mercantil Lisbonense (1834); no Porto, a Associação Comercial do Porto (também em 1834); na Figueira da Foz, Setúbal e Ponta Delgada (1835); no Funchal (1836); em Braga (1863). Outras se seguirão, como foi caso de Guimarães. Cerca de 1875 havia no nosso país umas quinze associações comerciais (MARQUES, 1978: II, 17-18; MENDES, 1993: 318).

Começam igualmente a ser criadas instituições bancárias especializadas, que vêm facilitar e impulsionar as transações comerciais: o Banco de Lisboa em 1821; o Banco Comercial do Porto em 1835 (MENDES, 1993: 318). Mesmo localidades menores, como Barcelos, Funchal ou Coimbra tiveram o seu banco (VAQUINHAS; CASCAO, 1993: 446). Em Guimarães, praça de menor movimento, na década de 70 surgirão o Banco de Guimarães (1873) e o Banco Comercial de Guimarães (1875) (CALDAS, 1996: 74-78).

A criação da Associação Comercial de Guimarães ocorreu em pleno período da Regeneração (1851-1868). Este vasto movimento tinha como objectivo modernizar e desenvolver o país, diminuindo a distância que separava Portugal dos restantes estados europeus. Tem um carácter transversal às várias áreas da governação, integrando medidas de natureza política, fiscal, financeira, económica e de obras públicas.

No que diz diretamente respeito ao comércio, devemos salientar a criação, em 1852, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Sob a batuta do engenheiro Fontes Pereira de Melo, começa então a ser desenvolvida uma política de incremento dos transportes e comunicações: construção de uma rede de estradas macadamizadas e de pontes, introdução do caminho-de-ferro e do telégrafo elétrico. Tal política ficará conhecida por fontismo; para ela, aquelas obras públicas não eram consideradas de forma isolada como um fim em si, mas como infra-estruturas indispensáveis para facilitar as trocas entre os diferentes mercados regionais e, em consequência, para estimular a produção industrial e agrícola. Recorde-se que os mercados regionais eram de reduzida dimensão e mais ou menos fechados entre si, e que o comércio continuava, em grande parte, a ser itinerante ou semi-itinerante.

Uma mesma intenção de unificação e de correção de assimetrias regionais norteou a introdução, em 1852, do sistema métrico decimal, que acabaria por ser tornado obrigatório na década seguinte. Deste modo se pôs fim à vigência ancestral de uma pluralidade de unidades lineares, de capacidade e de peso, cujo valor variava de região para região ou mesmo de terra para terra, que passaram a ser substituídas por um sistema de unidades precisas, constantes e de aceitação universal (SOUSA, 2004: 14).

Guimarães não ficou à margem da política fontista. Quanto à rede de estradas, o critério de investir prioritariamente nas vias de maior densidade de tráfico veio a ser-lhe favorável, já que a cidade era um nó viário importante e plataforma orientadora da circulação entre o litoral e o interior trasmontano ou mesmo beirão (por Amarante). Se a estrada de Guimarães ao Porto por Santo Tirso fora construída até Santo Tirso ainda antes, em 1845, o progresso data sobretudo do terceiro quartel do século XIX. A estrada de Guimarães a Fafe faz-se de 1861 a 1864; a de Braga, de 1861 a 1865; para a Lixa, em 1866-1868; vem depois a conclusão da referida estrada para o Porto por Santo Tirso; a de Guimarães ao Porto por Vila Nova de Famalicão; a de Guimarães a Vizela, e a ligação das Taipas à Póvoa de Lanhoso, esta última em 1868-1874 (CALDAS, 1996: 140-142).

Há um curioso testemunho sobre o interesse que estas inovações despertavam nos vimaranenses. Refiro-me a três cartas inéditas do ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho, dirigidas a seu cunhado e compadre Miguel José da Silva Guimarães, igualmente ourives itinerante.

Em carta de 28 de setembro de 1861 escreve: *... as novidades que agora mais convêm são que não houve quem arrematasse a estrada daqui para Braga, porém arrematou-se a que vai daqui para Fafe por 67 contos. Foram arrematantes o Conde de Arrochela, os gajos de Vila do Conde, o Caldas do Passeio e o Engenheiro Cesário, que foi o que fez a estrada daqui para Vila Nova. Agora há todas as esperanças em que se faça esta estrada que é de maior vantagem do que a de aqui para Braga.*<sup>4</sup>

Um mês depois, a 27 de outubro, comenta: *As novidades desta terra são que no dia 19 deste mês houve muita alegria nesta cidade por chegar a notícia pelas 10 horas da manhã pelo fio eléctrico de que o Ministro das Obras Públicas confirmou e deu por bem feita a arrematação da estrada desta cidade para Fafe, porque os de Braga faziam-nos uma grande oposição a que não se fizesse a dita estrada e em consequência desta notícia houve no dia 19 muitos foguetórios todo o dia até à meia noite e música pelas ruas e à noite iluminou-se toda a cidade (...)*<sup>5</sup>.

Sobre a instalação do telégrafo, escrevera José Moreira em 30 de março: *(...) hoje foi colocado em São Domingos o fio eléctrico, vem de Braga para esta cidade.* A alusão a S. Domingos tem a ver com o facto de o “fio eléctrico” ter ficado instalado em duas salas sobre o claustro do antigo convento de S. Domingos, tendo a inauguração oficial ocorrido em 16 de maio de 1861 (CALDAS, 1996: 145).

Quanto ao caminho-de-ferro, só chegará a Guimarães em 1884. Mas sabe-se que a Associação Comercial de Guimarães atribuiu grande importância ao projeto de uma linha-férrea que servisse o comércio e a indústria locais. Com efeito, logo na reunião realizada para aprovação dos estatutos a 26 de março de 1865, foi aprovada uma proposta do sócio João António da Silva Areias, solicitando que fosse enviada *uma representação, pedindo ao Governo de Sua Majestade, que nos estudos a fazer para a directriz do Caminho de Ferro do Minho fosse esta cidade [Guimarães] tomada como ponto forçado (...)* o que estava muito no interesse do comércio d'esta Praça, Agricultura e Artes e de todas as mais classes em geral (CACHADA, 1990: 20). Esta pretensão veio a contar com a oposição da Câmara de Braga, mas a Associação Comercial de Guimarães, em assembleia-geral de 9 de janeiro de 1866, deliberou insistir no assunto, desta vez perante a Câmara dos Deputados<sup>6</sup>. Com alguma demora, a representação acabou por ser entregue em mão ao deputado José Bastos da Costa Lemos.<sup>7</sup>

Também o horário do serviço telegráfico mereceu a atenção dos comerciantes. Desta vez foi António José Ferreira Caldas a propor que se solicitasse ao governo que o telégrafo existente não fosse de serviço limitado *pois que a importância desta terra e as suas muitas transacções comerciais muito sofrem com uma tal determinação*<sup>8</sup>.

Os fundadores da Associação Comercial de Guimarães estavam, pois, atentos às necessidades da classe mercantil e às novidades do seu tempo. Acreditavam nas virtualidades do progresso e queriam ser agentes do desenvolvimento socioeconómico da sua terra. E tiveram a sorte de viverem na segunda metade do século XIX, um período em que a tendência longa da economia portuguesa foi de crescimento global, lento e suave, entrecortado embora por flutuações e por duas depressões no curto prazo. Não se cumpriu o desígnio maior da Regeneração: Portugal não conseguiu diminuir a distância que o separava dos países europeus mais

---

4 BSMS (Biblioteca da Sociedade Martins Sarmiento), Livro de Notas n.º 2 do ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho, (B.S.13-3-98), fls. 50.

5 Ob. cit., fls. 50 v.

6 Livro de actas das sessões da Assembleia-Geral da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1880, ACIG 61, fls. 8 v.

7 Ob. cit., fls. 10.

8 Ob. cit., fls. 12 v.



desenvolvidos (FIGUEIREDO, 2004: 95-97). Porém, até ao fim do século, a atividade comercial passará por transformações estruturais tão importantes como a formação de um mercado nacional; a especialização de mercados regionais; a separação de agentes e de locais entre a produção e a comercialização; o crescimento do comércio fixo em relação ao comércio itinerante; a especialização cada vez maior dos estabelecimentos de venda a retalho; a necessidade de concentração de meios financeiros e humanos, que levou ao incremento das sociedades comerciais.

### 3. Os fundadores da Associação Comercial de Guimarães – Uma visão de conjunto

Consideraremos como fundadores da Associação Comercial de Guimarães os cinco indivíduos que constituíram a respetiva Comissão Organizadora e mais os quatro que se lhes juntaram nos primeiros corpos diretivos eleitos da Associação. Formam, no conjunto, um grupo muito interessante, que importa analisar sob vários aspetos.

Começando pela idade que teriam em 1865<sup>9</sup>, é fácil concluir que nem todos pertenciam à mesma geração. José Joaquim de Lemos era o mais jovem, com os seus 33 anos. João António Areias tinha 40, António Ferreira Caldas 48, João de Castro Sampaio 49; os restantes situavam-se na faixa etária dos 50 ou dos 60 anos. Entre o mais novo (Lemos) e o mais velho (Custódio José Gomes), havia um intervalo de 34 anos. Ao dinamismo e iniciativa dos mais jovens, como Caldas e Areias, juntava-se assim a experiência e o prestígio social dos restantes.

Se atentarmos nas terras de naturalidade, vemos que António do Espírito Santo era natural da cidade de Viseu, mas residia em Guimarães havia largos anos. José de Castro Sampaio, pelo contrário, era vimaranense por nascimento, filho de José de Castro Sampaio, negociante de panos, de quem herdou o negócio ou “casa”; do mesmo modo José António Peixoto de Lima, natural da freguesia urbana de S. Paio, cujo pai, António José Peixoto de Lima, já era detentor de um negócio; ou José Joaquim da Silva Areias, filho de Manuel Joaquim da Silva Areias, negociante de ourives.<sup>10</sup> Ao contrário, José Custódio Vieira era natural da freguesia de S. Tiago de Fraião, Braga; Custódio José Gomes nascera no concelho de Cabeceiras de Basto; a família de José Joaquim de Lemos viera de Garfe; e António José Ferreira Caldas fora buscar o último apelido à sua terra natal de S. Miguel das Caldas de Vizela. São casos concretos, que exemplificam como a cidade era um polo de atração para os jovens do mundo rural ou das pequenas vilas circunvizinhas, acorrendo em busca de uma vida melhor no comércio ou nos ofícios e conseguindo muitas vezes alcançar prosperidade.

Nos “papéis” da Associação Comercial, os nove fundadores aparecem designados como comerciantes, mas no recenseamento eleitoral de 1867 António José Ferreira Caldas e João de Castro Sampaio, que também tinham outras fontes de rendimento, são ditos proprietários; os restantes figuram como negociantes. O facto de constarem do recenseamento eleitoral significa que todos atingiam o rendimento mínimo exigido por lei para terem direito de voto nas eleições para deputados (o regime eleitoral era censitário). E quase todos, à exceção de José Joaquim de Lemos, o único que não é dito proprietário, são mesmo elegíveis para desempenharem as funções de deputado e de jurado – o que, só por si, é sinal indicativo de situação desafogada.

---

<sup>9</sup> Calculada a partir dos dados do Recenseamento Eleitoral de 1867. Idade aproximada, nem sempre coincidente com a dos registos paroquiais de batismo e de óbito. Corrigida nos casos em que se conhece o registo de batismo.

<sup>10</sup> AMAP, Passaportes que passam por esta Subprefeitura, 1834, 10-8-15-25, fls. 82, n.º. 326.

Quanto aos oito proprietários de bens de raiz, todos possuem casa própria (prédios não arrendados); mas António do Espírito Santo, João de Castro Sampaio, Custódio José Gomes e José António Peixoto de Lima são também detentores de prédios arrendados, que no caso dos dois primeiros atingem valores significativos.

Note-se ainda que em 1865 só António José Caldas paga imposto por capitais rentáveis (que poderão ser títulos da dívida pública, ações, empréstimo de dinheiro a juro), enquanto os restantes, mais conservadores, continuam a aplicar as poupanças na aquisição de bens de raiz, rústicos ou urbanos.

Quadro 1 – Impostos e rendimentos<sup>11</sup>

Nome	Ramo de negócio	Contribuições			
		Predial	Pessoal <sup>12</sup>	De juros	Total
António do Espírito Santo	Carvão Capelista <sup>13</sup> Tecidos de lã, seda e algodão Industrial de fundição de ferro	35\$185	10\$622	-	45\$757
António José Ferreira Caldas	Fazendas brancas de linho e algodão Capelista	4\$139	8\$400	11\$049	23\$588
Custódio José Gomes	Fazendas de lã e seda	12\$640	3\$492	-	16\$132
Francisco José da Costa Guimarães	Capelista	2\$587	7\$200	-	9\$787
João António da Silva Areias	Ferragens	26\$896	9\$600	-	36\$436
João de Castro Sampaio	Panos de lã; de seda; cobertores, fitas, rendas	58\$599	24\$114	-	82\$713
José António Peixoto de Lima	Mercearia	20\$408	-	-	20\$408
José Custódio Vieira	Ferragens Industrial de cutelaria e de fundição de ferro	18\$685	12\$000	-	30\$685
José Joaquim de Lemos	Capelista Tabaco, sabão Livros	-	1\$100	-	1\$100

Com base nos respetivos impostos, tentando seriar os nove indivíduos segundo a riqueza, encontramos em posição isolada e a grande distância de todos os outros, o nome de João de Castro Sampaio, seguido do de António do Espírito Santo; no fim da lista, com valor de reduzida importância, o livreiro José Joaquim de Lemos (alguns se lembrarão ainda da Livraria Lemos, à Porta da Vila). Se nos fixarmos apenas na contribuição pessoal, que melhor esclarece acerca da dimensão do comércio de cada um, é igualmente João de Castro Sampaio, que

<sup>11</sup> Quadro elaborado a partir de: Livro de Recenseamento Geral de eleitores de 1867 (AMAP, 10-10-8-2); Rol da derrama municipal de 1865-1867 (AMAP, 10-26-8-1); Procuradores do grémio dos capelistas, ourives, pedreiros, negociantes de ferragens (AMAP, 10-12-1-8, docs. 70, 72 e 73) e Licenças de lojas e mercados, 1843-1845 (AMAP, 10-26-16-25).

<sup>12</sup> Inclui as seguintes contribuições: industrial, comercial e adicionais.

<sup>13</sup> A. L. de Carvalho define o capelista como mercador de fazendas e miudezas (CARVALHO, 1946:91). É preciso, porém, não o confundir com o “mercador de panos”, que vende tecidos de lã e de seda. Na “loja de capela” negociavam-se fazendas brancas de algodão (cotim, morim, paninho), chitas, lenços de seda ou algodão, quinquilharia e até, por vezes, ferragens e “mais objetos pertencentes ao negócio de capelista”.

ocupa destacado a posição cimeira. Não nos esqueçamos, porém, que decorreram alterações significativas ao longo dos anos que se seguiram. E reparemos como no grupo dos fundadores dominam o comércio dos têxteis (de lã, de seda e de algodão) e as lojas de ferragens.

O conjunto dos nove fundadores não era, portanto, homogêneo. Mas havia um lastro cultural e social comum: todos acreditavam no Progresso; todos pertenciam à burguesia em ascensão.

O triunfo do liberalismo em Portugal viera alterar a estrutura social, com a passagem de uma sociedade de ordens, tripartida, a outra em que, mais em teoria do que na prática, eram abolidos privilégios e desigualdades. Já não era a linhagem que mais contava para determinar o estatuto social de um indivíduo: *o modo de vida e o nível de cultura, o mérito pessoal, a fortuna e a pertença a uma família conhecida ou a um determinado meio são cada vez mais importantes na novel sociedade burguesa* (VAQUINHA; CASCÃO, 1993: 449). A interiorização progressiva destes novos valores e a consequente facilitação da mobilidade social jogavam a favor da burguesia, tanto dos homens de negócios como das profissões liberais e de certas categorias do funcionalismo.

Em Portugal, essa afirmação foi lenta e gradual, e não assumiu o radicalismo que o processo conheceu noutros países. A paz civil e a política económica da Regeneração beneficiavam os comerciantes, que em Guimarães vinham prosperando desde as últimas décadas de setecentos. Certos cargos e funções durante muito tempo reservados à nobreza abriam-se à nova elite burguesa: vejam-se, por exemplo, os elencos das vereações e as direções das mais diversas associações locais (BRITO, 2014: 75-84), onde coexistiam pacificamente nobres, proprietários, negociantes, advogados e outros. Atente-se também na forma de tratamento - sinal exterior de estatuto - que os fundadores da Associação Comercial recebiam. Francisco José da Costa Guimarães, João de Castro Sampaio, João António da Silva Areias, António José Ferreira Caldas e José Joaquim de Lemos são deferentemente tratados por Ilustríssimos Senhores no registo dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos (MORAES; COSTA, 2004, *passim*); e os nomes dos elementos femininos das nove famílias, incluindo as filhas menores, são sempre precedidos de “Dona”.

Algo de mais profundo, porém, caracterizava os membros do grupo: todos foram cidadãos ativos e prestimosos que, duma maneira ou de outra, se colocaram ao serviço da comunidade. Seis deles (e três mais do que uma vez) foram vereadores - cargo de natureza político-administrativa muito relevante. Todos estiveram afetos à área sensível da tributação fiscal, da maior importância quer para os poderes públicos, quer para os contribuintes: foram vogais da Junta de Repartição<sup>14</sup>, informadores louvados<sup>15</sup>, procuradores ou classificadores representando os grémios de comerciantes<sup>16</sup>.

É igualmente conhecida a participação de vários fundadores em associações de caráter económico (companhias industriais), financeiro (instituições bancárias), social e recreativo (Assembleia Vimaranesa) religioso (Santa Casa da Misericórdia, Irmandades) ou de benemerência (Asilo de Santa Estefânia), nas quais

---

14 Organismo concelhio que repartia pelos contribuintes o montante, relativo aos impostos diretos que eram devidos ao Estado, fixado anualmente por este para lhe ser entregue por cada município.

15 Davam informação sobre a riqueza e os rendimentos dos contribuintes, com vista à determinação de certos impostos ou à elaboração das matrizes prediais.

16 Para a atribuição do chamado imposto pessoal, que incidia sobre as pessoas singulares ou coletivas que exerciam uma arte, comércio ou indústria, o grémio de cada ramo de negócio designava, após votação, os seus representantes. Acerca da política fiscal sob a Regeneração, pode ver-se FIGUEIREDO, 2003: 117 e seguintes.

chegaram a desempenhar funções de relevo e de representação<sup>17</sup>. Tomemos como exemplo os cargos diretos da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos: António do Espírito Santo foi procurador em 1835, secretário em 1847, provedor em 1857; António José Ferreira Caldas foi mordomo em 1879; Francisco José Guimarães, mordomo em 1843, procurador em 1848, tesoureiro em 1852, secretário em 1859, provedor em 1867 e 1878; João António Areias foi mordomo em 1855 e tesoureiro em 1857, quando Espírito Santo era provedor; João de Castro Sampaio, mordomo em 1851 e 1856; José Joaquim de Lemos, procurador em 1864 (MORAES; COSTA, 2004: 247-257). Repare-se que há uma espécie de *cursum honorum* ou carreira das honras, que começa em mordomo e termina em provedor; sob esse ponto de vista, é Francisco Guimarães que apresenta uma participação mais representativa e completa.

Outras vezes os diretores da Associação Comercial integraram comissões locais criadas expressamente para determinado fim, como, por exemplo, as comissões organizadoras da participação vimaranense em exposições nacionais e internacionais.

Devemos não esquecer, contudo, que todas as formas citadas de intervenção na esfera pública eram geradoras de notoriedade e de prestígio social, e traduziam-se em formas de poder; constituíam, na prática, estratégias de afirmação pessoal e social cultivadas pela burguesia portuguesa no seu percurso ascensional.

Meios de cariz individual foram igualmente usados para alcançar os mesmos objetivos, como sejam um “bom” casamento ou a obtenção de um grau das ordens honoríficas.

Um “bom” casamento não era necessariamente um casamento com alguém da nobreza. Bastava que a noiva pertencesse a uma família conhecida e socialmente considerada, e que trouxesse um dote apreciável; ou que aquela, eventualmente, fosse filha do patrão, e o casamento abrisse ao noivo perspectivas de sucessão ou de sociedade no negócio. Há motivo para crer que pelo menos a primeira hipótese (e talvez a segunda) se verificou com alguns dos homens que lançaram as bases da Associação Comercial de Guimarães.

Uma aspiração da alta burguesia era conseguir um título honorífico que lhe conferisse o lustro social que o dinheiro por si só era incapaz de dispensar. A obtenção de um grau de uma ordem honorífica tornou-se muitas vezes o patamar para uma nobilitação posterior.

Durante os reinados de D. Pedro V e de D. Luís assistiu-se a uma multiplicação escandalosa da concessão de comendas e títulos, que, sendo em princípio uma forma da coroa recompensar apoios militares, políticos ou financeiros, chegavam mesmo a ser vendidos. A própria coroa tinha interesse em fomentar o negócio, que se tornou uma fonte estimável de receita, pela quantia a pagar pelos beneficiários.

Francisco José da Costa Guimarães foi feito comendador da Ordem de Cristo. João de Castro Sampaio foi genro de um cavaleiro das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição. Mas foi preciso esperar uma geração para haver, finalmente, um visconde: José de Castro Sampaio, filho mais velho de João de Castro Sampaio, agraciado com o título de Visconde de Sendelo.

---

17 Ver BRITO, 2014 e MORAES, 2000.

#### 4. Os fundadores da Associação Comercial de Guimarães – percursos individuais

##### 4.1. João de Castro Sampaio, comerciante de panos no passeio do Toural



Fig.2 - O Toural em 1864, em gravura do Archivo Pittoresco

Dada a sua proeminência económico-financeira, o âmbito dos respetivos negócios e a fama de que gozava localmente o seu estabelecimento no Toural, é justo que comecemos por nos deter na figura de João de Castro Sampaio. A sua atividade de comerciante de panos de lã, de seda e de cobertores é bem conhecida, sobretudo através de um artigo de Eduardo de Almeida publicado na “Revista de Guimarães” (ALMEIDA, 1943) e de numerosas transcrições de um dos seus livros de escrituração comercial, feitas por A. L. de Carvalho em “Os Mesteres de Guimarães” (CARVALHO, 1946)<sup>18</sup>.

João de Castro Sampaio, nascido a 24.06.1816, veio a herdar uma antiga casa comercial cuja data de fundação se ignora, mas que sabemos já existir em janeiro de 1798 em nome de seu pai, José de Castro Sampaio. Este esteve associado a António Dias de Castro entre agosto de 1802 e outubro de 1818 (“José de Castro Sampaio & C.<sup>a</sup>”), regressando a firma naquela data à posse e ao nome do seu primitivo proprietário. Por sua morte (1830), a viúva, D. Maria Rita de Castro, constituiu com o filho a sociedade comercial “Viúva Castro & Filho” (outubro de

<sup>18</sup> Sobre a atividade comercial de João de Castro Sampaio seguir-se-á de muito perto o artigo de Eduardo de Almeida (ALMEIDA, 1943).

1832). Em janeiro de 1865 – precisamente no ano em que, poucos meses depois, será constituída a Associação Comercial de Guimarães – a sociedade foi dissolvida, passando o negócio apenas para o nome de João de Castro Sampaio. Mais tarde, em setembro de 1869, este associou-se ao seu empregado Domingos Martins Fernandes (“Castro Sampaio e & C.<sup>a</sup>”), o qual em maio de 1875 passará a único proprietário (ALMEIDA, 1943: 142). Fecha-se assim na loja do Toural um ciclo familiar.

O negócio dos Castro Sampaio consistia no comércio de “panos”, designação genérica que abrangia uma pluralidade de artigos: lanifícios da Serra da Estrela, como panos da Covilhã, jardos<sup>19</sup>, saragoças<sup>20</sup> e baetas<sup>21</sup>; tafetás e sarjas<sup>22</sup> de seda de Bragança; tecidos grosseiros comprados em feiras, como estamenhas<sup>23</sup>, buréis<sup>24</sup> e negrilhos<sup>25</sup>; mantas e cobertores de muitos tipos vendidos por um tal João Galego, espanhol; toalhas, guardanapos, panos de linho; casimiras<sup>26</sup>, durantes<sup>27</sup>, olandas<sup>28</sup> inglesas e de Hamburgo, gangas azuis da Índia, renda amarela de ouro falso, trazidos de Lisboa. Como se depreende, havia mercadoria para diversos gostos e bolsas<sup>29</sup>, pelo que, entre os fregueses da casa, descobrimos representantes de diversos estratos sociais, entre os quais João Machado Pindela e o Conde da Azenha; abades, reitores e frades; negociantes como João Baptista Sampaio ou o célebre Cidade; letrados como Henrique Navarro de Andrade; ilustres de Guimarães, como D. Joaquina Rosa de Araújo Martins, mãe do Dr. Francisco Martins Sarmento, ou de Cabeceiras de Basto ou da Raposeira, a par de gente desconhecida.

Analisando a geografia das relações comerciais da “casa”, encontramos uma extensa lista de povoações fora do termo com que eram mantidas transações regulares: Porto, Lisboa, Braga, Vila Nova de Cerveira, Fafe, Vila Real, Bragança, Viseu, Serra da Estrela (Manteigas, Covilhã, Moimenta da Beira, Moimenta da Serra, S. Romão, Loriga e outras localidades menores), Évora... Os fabricantes da Beira vinham mensalmente a Guimarães com os artigos da sua produção<sup>30</sup>.

Grande parte das vendas decorria em feiras com data marcada no calendário, especialmente nas de maior projeção regional (Lixa, Basto, Coimbra, Viseu e outras), a que era mandado sempre um empregado (“caixeiro”). Nas feiras se faziam também pagamentos a prazo, entregas de dinheiros, cobrança de dívidas. As relações com o Porto eram muito importantes: lá se realizavam operações de vulto e negócios diretos e indiretos com várias firmas e com particulares. As vendas a crédito com ou sem fiador eram frequentes.

---

19 Espécie de tecidos de lã de cor cinzenta.

20 Tecidos pretos de lã.

21 Panos de lã felpudos não pisoados.

22 Tecidos de fios cruzados para se obter linhas diagonais características.

23 Tecido grosseiro de lã.

24 Tecido grosseiro de lã, tingida de cor parda, castanha ou preta.

25 Tecido preto de lã.

26 Tecido fino de lã.

27 Tecido de lã lustroso.

28 Tecido fino de linho.

29 A.L. de Carvalho respiga na obra referida uma lista extensíssima de fazendas de vários tipos (CARVALHO, 1946: 149).

30 A representação dirigida ao Congresso pelos mercadores de Guimarães em 1820 (CARVALHO, 1946: 80) oferece-nos uma visão geral do comércio local de fazendas de lã, visão essa que se manteve nas décadas seguintes.

O estabelecimento do Tournal não era completamente especializado; nele se vendiam também caixas de doces variados. Mas talvez o aspecto mais interessante da atividade dos Castro Sampaio tenha sido a sua componente financeira, pois atuavam como uma verdadeira casa bancária, recebendo dinheiros em depósito ou mesmo prata em barra, ouro em onças<sup>31</sup> ou em peças<sup>32</sup>; dando quantias a prazo; descontando, tomando, endossando e procedendo à cobrança de letras; comprando, vendendo e cambiando moedas estrangeiras (soberanos ingleses<sup>33</sup>, pesos espanhóis, patacas mexicanas, etc.). Corriam-se, no entanto, alguns riscos, que poderiam conduzir a processos judiciais; foi o que sucedeu, por exemplo, na ação de execução por dívida movida por João de Castro Sampaio contra Januário José Saraiva, da freguesia de Santo Estêvão de Urgeses, cuja documentação ainda se conserva no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.<sup>34</sup>

João de Castro Sampaio fez parte da vereação municipal em 1856/58 e 1866/68. Foi também vice-cônsul de Espanha em Guimarães, nomeado por carta patente passada em 2 de novembro de 1850 pelo cônsul no Porto Bernardo Rodrigues Fontes<sup>35</sup> – o que pressupõe contactos com mercadores e outros súbditos espanhóis. Para além de proventos materiais e de alguns privilégios, o exercício do cargo conferia-lhe prestígio e notoriedade. Escolhido como informador louvado para fins tributários em 1860, apresentou escusa, que foi aceite. Foi um dos primeiros provedores da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães eleito para o cargo sem ser nobre nem eclesiástico (1862). Foi também um dos fundadores do Banco de Guimarães.

Sampaio teve uma curiosa participação em exposições nacionais e internacionais. Por mais do que uma vez foi chamado a integrar, juntamente com pessoas gradadas da terra, as comissões encarregadas de organizar a participação vimaranense nesses certames: Exposição Universal de Londres, de 1862; Exposição Industrial do Porto, de 1865; Exposição Universal de Paris, de 1867 (esta na condição de vereador da Câmara Municipal). Assumiu também a qualidade de expositor na Exposição Agrícola Distrital de Braga, de 1863, onde apresentou feijões brancos e roxos sarapintados, e sementes de mostarda, de linho e linhaça; na Exposição de Arqueologia e de Objectos Raros Naturais, Artísticos e Industriais do Porto, em 1867, com uma salva de prata antiga, outra mais pequena e uma chaleira de prata com tripé; na Exposição de Ourivesaria, no Palácio de Cristal do Porto, em 1883, com um fruteiro de prata rebatida<sup>36</sup> com 0,64 m. de diâmetro, uma chaleira e trempe de prata rebatida e outro fruteiro de prata rebatida de 0,47 m de diâmetro (BRAGA, 2015: 130, 132, 139, 152, 199, 201 e 202). Vemos que, enquanto expositor, Sampaio agia pelo gosto de exhibir as curiosidades e preciosidades que possuía, e não como homem de negócios que publicitasse produtos com vista a favorecer as próprias vendas.

Sampaio casou duas vezes, a primeira em 2 de fevereiro de 1845 com D. Margarida Eugénia Teixeira, filha de João Baptista Sampaio, outro próspero e notável negociante da Praça do Tournal, cavaleiro nas Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição. A noiva era órfã de mãe e devia ser menor, dado que apresenta uma autorização paterna no ato do casamento.<sup>37</sup> D. Margarida veio a morrer precocemente, e o viúvo contraiu um segundo

---

31 Antiga unidade de peso, correspondente a 28,6875 gramas.

32 Antiga moeda de ouro cunhada no reinado de D. João V, também conhecida como dobra de 4 escudos.

33 Libras esterlinas.

34 Fundo Judicial Cível, 7-29-2-5-5.

35 AMAP, Registo de Alvarás e Diplomas, 10-8-18-31, fls. 19 v.

36 Batida repetidas vezes a partir do reverso, para dar relevo ao metal; sinónimo de repuxada.

37 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls. 119.

matrimónio a 13 de dezembro de 1847 com D. Maria do Rosário Pereira, irmã da primeira mulher. O registo de casamento desvenda este parentesco<sup>38</sup>, que a diferença de apelidos – Teixeira e Pereira, ambos de origem materna - poderia ocultar. Desta segunda união nasceram José, Manuel e Maria Rita; voltaremos a referir-nos aos dois primeiros.

João de Castro Sampaio faleceu em 1883, na sua casa da Praça do Toural, quando a cidade se preparava para a Exposição Industrial concelhia do ano seguinte. Dele disse então Avelino Germano da Costa Freitas: ... *o Exmo. João de Castro Sampaio, gerente fundador do Banco de Guimarães, cidadão prestante, que não podendo, oprimido já pela moléstia que há muito o afligia, tomar parte mais activa nos trabalhos da instalação da Sociedade [Martins Sarmento], se associou, todavia, desde logo ao pensamento que procuramos traduzir em factos, e de que ele compreendia os fins nobilíssimos e patrióticos...* (NEVES; LAMEIRAS, 2009: 105).

Na geração que se seguiu, o seu filho mais velho, José de Castro Sampaio, proprietário e diretor do Banco de Guimarães, foi agraciado com o título de Visconde de Sendelo, por mercê de 27 de novembro de 1890. A designação (Sendelo) tem a ver com uma propriedade que possuía na freguesia de Silvares (Guimarães). Ser filho de um comerciante com loja aberta deixara já de ser mácula que impedisse de ascender à nobreza.

João de Castro Sampaio – Uma vida cheia, um “prestante cidadão” ao serviço da classe dos comerciantes e do progresso da sua cidade.

#### 4.2. António do Espírito Santo, homem de múltiplos negócios

Os negócios do influente António do Espírito Santo foram mais diversificados que os de João de Castro Sampaio, mas pouco sabemos deles em pormenor.

Natural da cidade de Viseu, onde terá nascido à volta de 1799, Espírito Santo era filho de Luís de Amaral Ferreira e de Ana Rita Umbelina; porém, ao assinar, prescinde habitualmente dos apelidos de família, que virão mais tarde a ser retomados pelos filhos.

Fixou-se em Guimarães antes de 1727. Nesse ano está domiciliado na rua da Porta da Vila quando, a 17 de junho, contraiu matrimónio com a viúva Ana Margarida Monteiro, filha do comerciante vimaranense Manuel Monteiro, a qual residia na mesma artéria em companhia de seu irmão, o reverendo José Monteiro de Castro, que foi o celebrante do casamento.<sup>39</sup>

No ano seguinte, ao inscrever-se na Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, é referido como negociante de carvão, sem indicação de morada (MORAES; COSTA, 2004: 205). Em 1844 tinha loja “de várias fazendas”, expressão pouco elucidativa, que em 1845 fica um pouco mais clara: vende “canquilharias” (sic!).<sup>40</sup> Assim se compreende que muitos anos depois, em 1862, presidiu ao grémio dos negociantes capelistas.<sup>41</sup>

38 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls.125 v.

39 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1868, P-429, fls. 78 v.

40 AMAP, Licenças de lojas e mercado, 1843-1845, 10-26-16-25, fls. 60 e 126 v.

41 AMAP, Procuradores do grémio dos capelistas, ourives, pedreiros..., 10-12-1-8, doc. 70.



Mais tarde Espírito Santo associou-se ao filho Simão, fundando a firma comercial António do Espírito Santo e Filho. Recibos timbrados de 1855 e de 1865 atestam que vende fazendas nacionais e estrangeiras de lã, de seda e de algodão, e quinquilharias<sup>42</sup>. Em relação a estas últimas, nos recibos citados refere-se um espanador de penas e uma balança de soberanos<sup>43</sup>.



Fig. 3 - Fatura-recibo da firma António Espírito Santo e Filho (frente). Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

42 AMAP, Recibos, C-1308, doc. 336 e 797.

43 Balança para pesar libras e meias-libras.

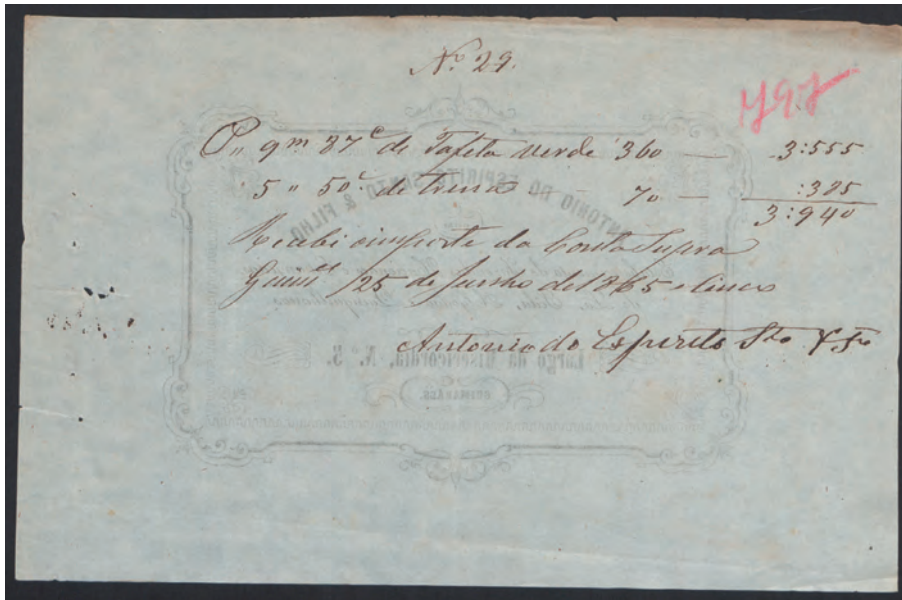


Fig. 4 - Fatura-recibo da firma António do Espírito Santo e Filho (reverso). Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

A sociedade acabou por ser dissolvida em outubro de 1873, talvez por Simão já sofrer de grave e prolongada moléstia, mas o negócio continuou a girar sob a mesma designação durante os dois anos em que o pai ainda viveu, embora pertencendo exclusivamente a este<sup>44</sup>.

Bem-sucedido nos negócios e sempre empreendedor, Espírito Santo esteve também envolvido na atividade industrial. Em conjunto com dois sócios - os negociantes de ferragens José Custódio Vieira e José Manuel de Melo - dirigiu a “Fundição de Vizela”, situada junto ao rio do mesmo nome, na freguesia de Moreira de Cónegos. Em 5 de setembro de 1860, os três contrataram com Manuel de Castro e mulher, proprietários de uns moinhos sitos na margem direita do Vizela, no lugar da Lage, a autorização para levantar de 1,32m (ou 6 palmos) o açude da levada da dita fábrica, contra o pagamento de uma pensão anual de 120 alqueires de milhão, como compensação dos prejuízos causados aos moinhos (BRAGA, 2015: 199-200). Em 1865, a Fundição de Vizela levou ferro fundido à Exposição Industrial do Porto (BRAGA, 2015: 199).

Entretanto Espírito Santo enriquecera e desfrutava de certo prestígio no meio. Fora vereador em 1853-1854, em vereação presidida pelo Visconde de Pindela (BRITO, 2014: 75). Fora procurador da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos em 1835, secretário em 1847, provedor em 1857 (MORAES; COSTA, 2004: 246). No ano de 1860 foi escolhido para desempenhar a função de informador louvado para a contribuição predial da freguesia de S. Paio. Era detentor de bens de raiz.

44 AMAP, Testamentos do Concelho, 10-22-5-23, fls. 90-94.

Enviuvara e casara em segundas núpcias com sua cunhada Maria de Belém Monteiro, irmã da primeira mulher. Residia no número 5 do Largo da Misericórdia, em casa própria, que serviu de cenário à reunião geral dos comerciantes em que foi decidida a criação da Associação Comercial de Guimarães - casa que ele franqueou com a mesma disponibilidade para as sessões do grémio local dos negociantes capelistas.

Espírito Santo foi o primeiro presidente da Assembleia-Geral da Associação Comercial, cargo que desempenhou até novas eleições em começos de 1867. Pode por isso parecer estranho que um ano depois, em 9 de janeiro de 1868, se tenha desvinculado da Associação que ajudou a criar. Creio que esta saída voluntária deve ser entendida como um choque entre duas personalidades fortes: terá sido uma forma de protesto contra a aprovação em Assembleia-Geral de uma proposta de João de Castro Sampaio, que na prática representava o encerramento da sede e das atividades associativas<sup>45</sup>. Pela mesma altura saiu também José Joaquim de Lemos. Inicia-se assim uma grave crise interna, que parece ter durado até 1880. Vários autores têm escrito que António do Espírito Santo teve a alcunha de “O Alemão”. Um documento de 1843 suscita dúvidas sobre a atribuição. Trata-se da licença de porta aberta do respetivo estabelecimento, em que se lê: “António do Espírito Santo se lhe passou guia para o pagamento de mil réis de sua loja do Alamão”<sup>46</sup>. Repare-se que o determinativo está aplicado a loja e não ao proprietário. Fica a reserva.

Seis dias antes de morrer, António do Espírito Santo, já viúvo, doente e acamado, entregou ao notário o seu testamento<sup>47</sup>. Sob a linguagem jurídica e os estereótipos da época, é possível descortinar no documento, feito na iminência da morte, alguns traços da mentalidade do testador. No aspecto religioso, nota-se o sentimento que o liga à “sua” Ordem Terceira de S. Domingos, em cuja capela quer ser depositado e enterrado, vestido com o respetivo hábito e acompanhado por 12 Irmãos dos mais pobres e miseráveis. Não quer nas cerimónias fúnebres música nem armação alguma, o caixão no chão sobre simples alcatifa. Determina pormenorizadamente as missas e ofícios de sufrágio a celebrar e seus pagamentos. Segue-se a benemerência. São muitas as esmolas e as doações *pro anima*, as primeiras a irmãos pobres, aos entevados da Misericórdia e da V.O.T. de S. Domingos, aos presos da cadeia, às recolhidas do Albergue de Santa Margarida; as segundas, pedindo determinados sufrágios, a uma congregação missionária da Propagação da Fé, ao Asilo de Santa Estefânia, ao Convento da Madre de Deus e ao Hospital da Ordem Terceira de S. Domingos, ao qual reforça com 120\$000 uma doação anterior de 600\$000.

Vêm depois deixas particulares em dinheiro, reveladoras de afetos e de reconhecimento: à neta Maria Emília, a duas sobrinhas de Ponte de Lima, ao caixeiro António, aos criados Francisco, Joaquina e aos que servissem na casa há mais de um ano, ao afilhado e irmã, ao servo da Ordem Terceira de S. Domingos, ao testamenteiro pelo seu trabalho. Lega também 2400\$000 a cada uma das duas filhas do primeiro casamento, para compensá-las do facto da respetiva legítima materna ser inferior à das irmãs nascidas do segundo matrimónio, tendo o cuidado de deixar claro que não o faz porque o tenham tratado com mais dedicação do que as outras filhas ou lhes dedique maior amizade e carinho. Com uma precisão que vai até aos centavos, indica depois as dívidas que tem para com os filhos Simão e José, relativas a contas do negócio com o primeiro e ao pagamento em falta das legítimas maternas. E finalmente escolhe José como seu testamenteiro.

---

45 Arquivo da ACIG, nº. 61 - Actas das sessões da Assembleia-Geral da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1880, fls. 13-13 v. (sessão de 30.12. 1867).

46 AMAP, Licenças de lojas e mercado, 1843-1845, 10-26-16-25, fls. 10 v.

47 AMAP, Testamentos do Concelho, 10-22-05-23, fls. 90-94.

António do Espírito Santo faleceu em 25 de janeiro de 1875, aos 76 anos de idade e, conforme determinara, foi enterrado em S. Domingos “depois de se lhe fazer os ofícios conforme a qualidade da sua pessoa”. Mais tarde o seu corpo foi transferido para um jazigo em estilo neogótico no cemitério da Atouguia (KINNON, 2006: 151).



Fig. 5 - Jazigo de António do Espírito Santo no Cemitério da Atouguia. Coleção de Fotografia da Muralha.

Deixava seis filhos: Simão, D. Maria Emília, D. Delfina, José, D. Maria Rosa e D. Maria Carolina do Amaral Ferreira. José, capitalista, bem como D. Delfina, D. Maria Rosa e D. Maria Carolina foram acionistas da Minho District Railway Company; José desempenhou importantes cargos públicos e foi ainda secretário substituto do Conselho Fiscal da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães (BRITO, 2014: 93 e 95).

#### 4.3. António Caldas, capitalista e proprietário

O homem que teve a ideia de criar em Guimarães uma associação comercial, de seu nome completo António José Ferreira Caldas, nasceu na freguesia de S. João das Caldas (Vizela) em 26 de novembro de 1816, sendo filho de um casal de proprietários, Francisco José Ribeiro e Teresa Maria Ferreira<sup>48</sup>. Em Guimarães, residia na Porta da Vila quando casou com D. Maria Maximina da Silva (que também aparece referida como Maria Máxima), filha do abastado comerciante vimaranense de têxteis José Caetano da Silva e de sua primeira mulher, Maria Inácia<sup>49</sup>. Por morte desta, por indicação de Caetano da Silva, Caldas integrou o Conselho de Família dos menores órfãos, entre os quais se contava Maria Maximina.<sup>50</sup> Pela escritura antenupcial a noiva foi dotada com valioso património pelo pai, sinal de que o casamento era do seu agrado.

Caldas passou a morar então na Praça do Toural, em prédio do lado poente, pertencente à freguesia urbana de S. Sebastião. Em 3 de julho de 1843 aí nasceu seu filho António José Ferreira Caldas (Júnior)<sup>51</sup>, que seguirá a carreira eclesiástica e virá a ser distinto orador sagrado, jornalista e historiador, autor de duas monografias fundamentais para os estudiosos do passado local – “A Gruta Ermida de Nossa Senhora da Penha” e “Guimarães. Apontamentos para a sua História”.

António Caldas, pai, tinha loja de fazendas brancas de linho e de algodão, e cerca de 1865 gozava de uma situação económica confortável e de certa notoriedade social. Na década de 60 foi frequentemente escolhido para integrar as comissões encarregadas de organizar a participação vimaranense em certames nacionais e internacionais (Exposição de Londres de 1861, Exposição Industrial do Porto de 1865, Exposição de Paris de 1867). Como expositor, gostava de apresentar mimos da sua produção agrícola ou outras curiosidades: painço, legumes, plantas medicinais, amostras de madeiras e raiz de nogueira (Braga, 1863) ou frutos secos ou passados, que lhe valeram uma menção honrosa (Porto, 1865) (BRAGA, 2015: 199, 202, 130-131, 201).

Foi vereador por duas vezes, em 1866/1868 e em 1874/1875; representante do Grémio dos Capelistas em matéria de classificação tributária (1862); informador louvado para a contribuição predial da freguesia de S. Paio (1862 e 1872); vogal da Junta de Repartição de impostos (1871 e 1872); membro eleito da Comissão Recenseadora Eleitoral de 1884 (NEVES; LAMEIRAS, 2010: 217). Na fase final da sua vida foi Comandante dos Bombeiros, tendo discursado perante o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia quando estes, de visita a Guimarães, se deslocaram ao respetivo quartel em 28 de novembro de 1891 (MORAES, 1998: 446). Todas estas funções pressupõem uma imagem de competência, seriedade e confiança pública.

Depois de enfiuvar, Ferreira Caldas pai passou a estar domiciliado na Rua de Vale de Donas, n.º 5, vivendo em companhia da filha D. Maria Arminda da Silva Caldas e do genro Pedro Pereira da Silva Guimarães. Foi aí que faleceu em 20 de fevereiro de 1893<sup>52</sup>, sendo o seu corpo sepultado em capela jazigo familiar no cemitério da Atouguia, que mandara construir em terreno cedido pelo município.<sup>53</sup>

48 AMAP, Freguesia de S. João das Caldas (Vizela), Batismos, 1803-1824, P-912, fls. 60 v.

49 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls. 108 v.

50 AMAP, Inventário de menores por óbito de Maria Inácia Carmelinda, 7-30-6-9-2, fls. 56.

51 AMAP, Freguesia de S. Sebastião, Batismos, 1840-1849, P-454, fls. 59 v.

52 AMAP, Freguesia da Oliveira, Óbitos, 1883-1895, P-1085, fls. 46.

53 AMAP, Inventário de menores por óbito de António José Ferreira Caldas, Maço 149, N.º 3, fls. 60.

O facto de haver herdeiros menores, filhos da filha D. Margarida Angélica, já falecida, exigiu a realização do inventário judicial que nos permite conhecer os bens de António José Ferreira Caldas no momento da sua morte. Os bens imóveis incluíam a quinta parte de uma morada de casas de quatro andares sita na praça do Toural, com os números 38 e 39 (que ainda hoje conserva) e com outra entrada pela antiga Rua de S. Paio, n.º 17 e 18. O prédio adviera à família pelo lado de D. Maria Maximina; por falecimento desta, passou para os filhos, revertendo para António Caldas a quinta parte que pertencera ao filho padre<sup>54</sup>, prematuramente desaparecido<sup>55</sup>, a qual foi avaliada em 400\$000. Era também possuidor da quinta parte de 11 moradas de casas com seus terrenos de horta vedados, situadas no final da Rua de Santa Luzia, próximo do rio, igualmente herdada do filho; mas daí não lhe advinha qualquer rendimento e as ditas casas davam mesmo prejuízo, pois sobre elas pesavam a consignação do usufruto, além de foro e de laudémio<sup>56</sup>. Havia ainda uma sorte de mato, destapada, nos arrabaldes da freguesia de Santa Eulália de Barrosas, comarca de Lousada, que os louvados avaliaram em 40\$000. Resumindo: os rendimentos de António José Ferreira Caldas não provinham do património imobiliário.

Os bens móveis, além de uma quantia de “dinheiro em ser” (48\$750), eram constituídos por dívidas ativas e papéis de crédito, que passamos a enumerar nos quadros seguintes.

Quadro 2 - Créditos ativos de J.A. Ferreira Caldas

Tipo	Valor	Devedor	Observações
Letra	5 800\$000	Dr. Bernardo José Pereira Leite (Cabeceiras de Basto)	Já protestada por falta de apagamento. Este crédito vem a ser e eliminado.
Letra	250\$000	Dr. José Augusto Pereira Leite (Lisboa)	Estavam pagos os juros de 6%.
Letra	150\$000	José Rodrigues (S. João das Caldas)	Letra a prazo de 12 meses.
Resto de letra	100\$000	Dr. João Ferreira da Silva Guimarães, Delegado do Procurador Régio (Loulé)	Sacada por Manuel José Ferreira Caldas e tomada por A. J. Ferreira Caldas.
Letra	3 600\$000	Manuel Pereira de Castro (Casa da Tojeira, Cabeceiras de Basto)	Sacada pelo Dr. Jerónimo Augusto Pacheco Pereira Leite, já falecido. Eliminada.
Letra	400\$000	Dr. Bernardo José Pereira Leite (Cabeceiras de Basto)	
Letra	400\$000	José Joaquim Fernandes (Cavez, Cabeceira de Basto)	Sacada pelo Dr. Jerónimo Augusto Pereira Leite, já falecido, endossada a A. J. F. Caldas.
Saldo de contas	2 060\$120	A filha Maria Arminda da Silva Caldas e marido	
Saldo de contas	2 523\$325	O filho António Augusto da Silva Caldas	
Saldo de contas	3 446\$820	O filho Manuel Artur da Silva Caldas	
Saldo de contas	681\$981	O genro António Joaquim de Melo, negociante do Campo do Toural	Como pai e tutor dos netos menores Ana, António, Maria da Madre de Deus e Maria José,
Total	16 172\$246		Créditos eliminados (incobráveis): 6 160\$000

54 AMAP, Inventário de menores por óbito de António José da Silva Caldas, Maço 149 N.º 3, fls. 15-17 v.

55 Em 22.07.1884 (AMAP, Freguesia da Oliveira, Óbitos, 1883-1895. P-1085, fls. 11 v.).

56 O laudémio era uma prestação devida ao senhorio de um prédio aforado quando este era vendido no todo ou em parte.

Desperta atenção a qualidade dos devedores e a relação de vários deles com a região de Cabeceiras de Basto, bem como a existência de contas por saldar com os familiares mais próximos, provavelmente relativos à legítima materna. O risco dos empréstimos a prazo está bem patente: considerando especificamente o caso das letras, os créditos incobráveis atingem a elevadíssima percentagem de 82%! Não admira, pois, que os investidores procurassem outros tipos de aplicações para o seu capital.

Quadro 3 – Papéis de crédito de A. J. F. Caldas

Quantidade	Natureza	Valor					
		Nominal		Em 1893		Em 1894	
		Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total
51	Obrigações de 5% da Companhia Geral do Crédito Predial Português	90\$000	4590\$000	87\$500	4462\$500	87\$500	4462\$500
1	Obrigações do Empréstimo Português de 1888, de 4%	22\$500	22\$500	12\$500	12\$500	12\$500	12\$500
1	Obrigações do Empréstimo de 1887 da Câmara Municipal de Guimarães	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000
2	Obrigações do Empréstimo da Real Irmandade de N. Sr.ª da Consolação e Santos Passos	25\$000	50\$000	18\$000	36\$000	12\$500	25\$000
12	Obrigações da Companhia dos Banhos de Vizela	90\$000	1080\$000	90\$000	1080\$000	90\$000	1080\$000
35	Ações da Companhia dos Banhos de Vizela	100\$000	3500\$000	50\$000	1750\$000	50\$000	1750\$000
5	Ações do Banco de Guimarães	80\$000	400\$000	50\$000	250\$000	10\$000	50\$000
5	Ações do Banco Comercial de Guimarães	50\$000	250\$000	24\$000	120\$000	15\$000	75\$000
20	Ações da Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães	100\$000	2000\$000	100\$000	2000\$000	40\$000	800\$000
Total			11542\$500		9811\$000		8355\$000

Os quadros 2 e 3 mostram claramente a necessidade de diversificar as aplicações financeiras, de modo a diminuir o risco e acautelar eventuais prejuízos. E explicam também por que razão a burguesia portuguesa, pouco ousada no arriscar, preferia investir mais em obrigações do que em ações: as primeiras eram títulos que garantiam um juro fixo dentro de certo prazo, pelo que eram consideradas mais seguras, sobretudo quando o emissor era o Estado ou o Município; já as segundas, atestando a participação do seu detentor no capital de uma empresa, recebiam a parte correspondente dos lucros (dividendos), quando os havia, incertos e variáveis em função da respetiva saúde económica.

Na parte final da sua vida, António Caldas foi mais capitalista do que proprietário. Teve uma pequena participação no capital dos dois bancos vimaranenses; na Companhia dos Banhos de Vizela, criada em 1873, de que foi um dos diretores em 1874 (BRITO, 2014: 91); e ainda na Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, criada em Campelos em 1890, em cuja fundação participou, tal como o seu filho António Augusto da Silva Caldas e o genro Pedro Pereira da Silva Guimarães, industrial de têxteis (BRITO, 2014: 95). Mas Ferreira Caldas já não teve oportunidade de ver a funcionar as três caldeiras a vapor de origem inglesa experimentadas naquela

fábrica em dezembro de 1893 (KINNON, 2006: 138), pois faleceu a 20 de fevereiro desse ano. Fica, no entanto, a certeza, evidenciada também em outros casos, de que foram os capitais dos homens de negócio vimaranenses que estiveram na origem do desenvolvimento industrial de Guimarães em finais do século XIX.

#### 4.4. João António da Silva Areias e a “quebra” do negócio

Os Silva, oriundos de várias povoações do concelho de Póvoa de Lanhoso, formaram em Guimarães uma tribo muito numerosa, com vários ramos distintos; os Silva Areias constituíam um desses ramos, que contou com ourives, feirantes, negociantes, um médico e vários emigrantes para o Brasil entre os seus membros.

João António da Silva Areias, filho de Manuel Joaquim da Silva Areias e de D. Maria Leocádia, nasceu em Guimarães, na Rua Sapateira (freguesia de Nossa Senhora da Oliveira), a 6 de junho de 1825<sup>57</sup>. O pai, negociante de artigos de ouro e prata, tinha estabelecimento naquela rua, mas também se deslocava pelo Reino<sup>58</sup>.

Em 16 de dezembro de 1849, aos 24 anos, José António casou com D. Rosa Firmina Araújo Ferreira, filha de Nicolau Luís Ferreira e de Antónia Maria de Araújo<sup>59</sup>, neta de José Luís Ferreira. Tendo enviuvado, João Areias consorciou-se em 9 de fevereiro de 1853 com a cunhada D. Joana Florentina, irmã da falecida<sup>60</sup>, que será a mãe de seus filhos. Este é mais um caso de segundo casamento com cunhada, que evitava a devolução do dote da primeira mulher.

Por ocasião da fundação da Associação Comercial de Guimarães, João Areias estava estabelecido no Tournal com loja de ferragens, mas dois anos depois é referenciado como morando na Rua da Fonte Nova, hoje Rua de Santo António. Tinha já uma carreira na administração municipal: em 1855 fora eleito vereador, e novamente em 1858/61, em vereação presidida pelo Visconde de Pindela (BRITO, 2014: 75 e 76); nessa qualidade superintendeu a comissão encarregada de preparar a participação vimaranense na Exposição Industrial do Porto de 1861 (BRAGA, 2015: 125). Na década de 60 participa na administração tributária, em 1862 como classificador e em 1864 como procurador do grémio dos negociantes de ferragens. Ainda nos anos 60, João Areias, na qualidade de presidente da Comissão dos Artistas da cidade, transmitiu à Câmara a proposta do pintor Domingos Anacleto para que o Campo da Misericórdia passasse a denominar-se Largo de Franco Castelo Branco, proposta que foi aprovada em 5 de maio de 1866 (MEIRELES, 2000: 109).

Não sabemos o que se terá passado depois desta data. O certo é que, talvez no início da década de 80, deuse a “quebra”, ou insolvência, do negócio de João António Areias. Naquele tempo uma falência era social e economicamente muito grave, pois o indivíduo ficava desacreditado – literalmente: sem crédito - na praça.

No livro de registo dos sócios da Associação Comercial alguém escreveu a lápis, à frente do seu nome: “falido”. Tal anotação não era irrelevante: nos Estatutos aprovados em 1882, foi fixado que “O sócio falido não poderá exercer cargo algum na associação, nem tomar parte nos seus trabalhos enquanto não for legalmente reabilitado” (art.º 16, § único).

57 AMAP, Freguesia da Oliveira, Batismos 1815-1840, P-375, fls. 96 v.

58 AMAP, Passaportes que passam por esta Subperfeitura, 1834, 10-8-15-25, fls. 82.

59 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos 1795-1865, P-429, fls. 131 v.

60 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos 1795-1865, P-429, fls. 141.



Em meio hostil, três dos seis filhos de João Areias – João António, Abílio e Plácido – emigraram para o Brasil, onde tinham parentes. Anos depois são considerados ausentes em parte incerta dos Estados Unidos do Brasil<sup>61</sup>.

Por cá, João Areias ainda encontrou quem lhe concedesse um empréstimo: por escritura pública de 10 de julho de 1886, constitui-se devedor de António Mendes Ribeiro, conhecido industrial de couros, que lhe entregou 1100\$000 ao juro de 5%, contra a hipoteca da parte que lhe pertencia da propriedade dita “das Varandas”, em Fermentões, e da Quinta do Bairro de Além, em Salvador do Souto. Porém, nunca conseguiu pagar nem os juros nem o capital; e, após a morte de António Mendes Ribeiro, os respetivos herdeiros moveram a execução hipotecária daqueles bens de raiz, em 1890<sup>62</sup>.

As duas propriedades tinham feito parte do dote de D. Joana Florentina e haviam, por seu falecimento, transitado para os seis filhos do casal. A sexta parte detida por João António Areias adviera-lhe por óbito do filho Avelino, ocorrido entretanto, e chegara à sua posse posteriormente à quebra do negócio.

A propriedade das Varandas, no lugar de Caneiros, era constituída por casas térreas e telhadas, com suas cortes colmaças, eido, ramada, 9 rodas de moinhos (sendo 8 no interior de um renque de casas telhadas e outra noutra casa), terras de horta lavradas com árvores de vinho e de fruta. A propriedade era de natureza de prazo, foreira ao D. Prior da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, a quem devia pagar anualmente um foro misto de géneros e dinheiro: 194,018 l de trigo, 388,360 l de pão meado, 3 galinhas, \$160 réis e laudémio de quarentena<sup>63</sup>. Porém o foro deixou de ser pago desde 1886, inclusive, pelo que o Cabido da Colegiada, em representação do Prior, requereu em 1891 no Juízo de Direito da Comarca de Guimarães, uma ação executiva por foros, em que foram réus João António da Silva Areias e filhos<sup>64</sup>. Em consequência das duas ações referidas, tanto a propriedade das Varandas como a quinta do Bairro de Além, hipotecadas e penhoradas, acabaram por ser postas à venda em hasta pública, tendo os jornais da terra publicado os respectivos editais.

Imaginamos como terão sido amargurados os últimos tempos da vida de um homem que conhecera a fortuna e o sucesso, e acabara caído em desgraça. A segunda mulher morreria em 1883, quando viviam no lugar do Miradouro, em Creixomil. Passou depois a morar numa zona populosa e popular do centro de Guimarães – a Praça de S. Tiago - onde veio a falecer no dia 1 de Janeiro de 1901, sendo sepultado no cemitério público<sup>65</sup>. Ia longe o tempo em que, vereador, a sua casa fora um dos edifícios da cidade brilhantemente iluminados, durante os festejos promovidos pela Câmara em maio de 1858, para celebrar a chegada a Portugal da princesa D. Estefânia (MORAES, 1998: 384).

---

61 AMAP, Execução hipotecária, sendo exequente José Mendes Ribeiro de Freitas e outros, e executado João António da Silva Areias, 1890, 7-29-24-8-3, fls. 21 v.-22.

62 AMAP, doc. cit.

63 AMAP, doc. cit., fls. 43 e seguintes. No laudémio de quarentena a quantia a pagar correspondia a 40% do valor da venda.

64 AMAP, Acção executiva por foros, 1891, 7-29-24-8-5.

65 AMAP, Freguesia da Oliveira, Óbitos, 1899-1910, P-1672, fls. 37.

#### 4.5. José Custódio Vieira, comerciante de ferragens e industrial de cutelaria e de fundição

Natural da freguesia de S. Tiago de Fraião (Braga), José Custódio Vieira era filho de António José Vieira, lavrador, e de sua mulher Rosa Maria, lavradeira. Encontramo-lo cedo em Guimarães, onde, pelo menos desde 1843 tinha um estabelecimento de ferragens no Largo do Toural.<sup>66</sup> Já então estava casado com D. Balbina Cândida Pereira de Carvalho, natural da cidade de Braga, freguesia de S. João de Souto, com quem se consorciara em 13 de janeiro de 1839<sup>67</sup>.

Quando em 1865 José Custódio Vieira foi eleito para fazer parte da comissão promotora de uma associação comercial, tinha um longo passado como lojista e alguma projeção no meio vimaranense. Em 1862 representara o grémio dos negociantes de ferragens como classificador das diversas categorias fiscais; fora vereador municipal de 1861 a 1864, chegando a desempenhar interinamente as funções de Presidente da Câmara (BRITO, 2014: 76); de 1858 a 1863 fora tesoureiro da Comissão Instaladora do Asilo de Santa Estefânia, do Amor de Deus e do Próximo, grupo muito dinâmico que conseguiu mobilizar a sociedade vimaranense para o fim em vista, e obter dos poderes públicos a cedência do extinto Convento do Carmo (MORAES, 2000: 12-17).

Numa loja de ferragens como a de Vieira os artigos são sempre muito variados, indo desde o ferro em barra às chapas metálicas, da pregaria, parafusos e argolas às ferramentas, dos candeeiros de azeite ou de petróleo às tesouras e talheres. Um recibo datado de 8 de agosto de 1855, assinado pelo próprio José Custódio Vieira na sua letra regular e miúda, documenta que naquela data recebeu da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira a quantia de mil e setecentos reis “por uma balança de pesar ouro e prata com seus competentes pesos e grãos”<sup>68</sup>. Dez anos antes vendera à mesma Colegiada três castiçais pequenos, provavelmente de estanho, sendo “dois para as missas dos altares e um para as velas pequenas para o trono da Senhora”<sup>69</sup>.

---

66 AMAP, Licenças de lojas e mercados, 1843-1845, 10-26-16-25, fls. 7 e 97. O prédio virá a ter o nº. 85.

67 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls. 103 v.

68 AMAP, Recibos, C-1308, maço de 1855-1856, doc. 337.

69 AMAP, Recibos, C-1308, maço de 1854-1855, doc. 200.

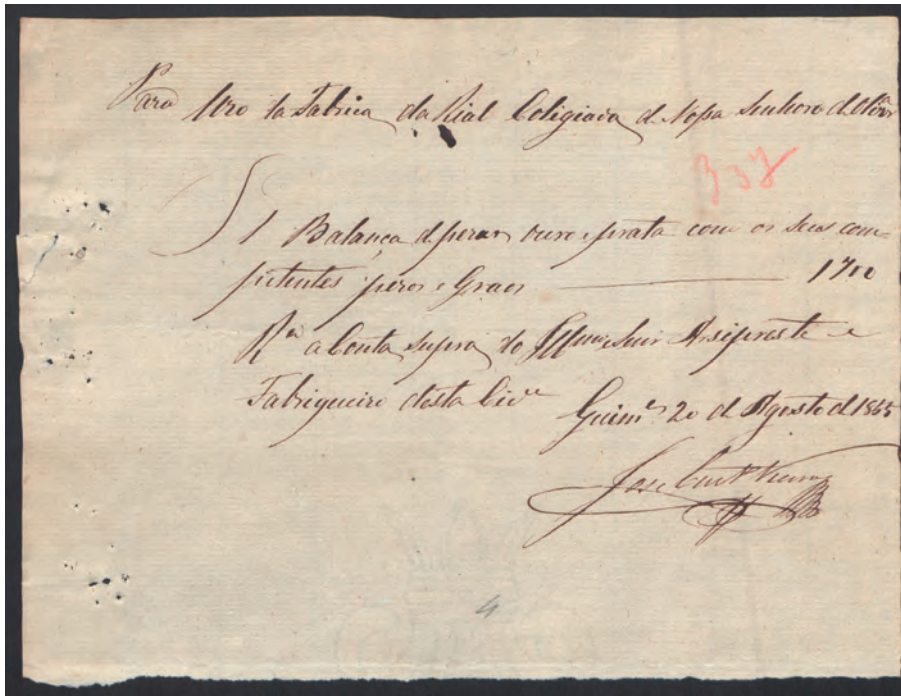


Fig. 6 - Recibo passado por José Custódio Vieira à Colegiada de Guimarães. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

Em Guimarães eram os negociantes de ferragens que forneciam aos cutileiros locais as lâminas de aço para as facas, denominadas vulgarmente “ferros” ou “folhas”, que eram importadas da Inglaterra ou da Alemanha já prontas; outras vezes disponibilizavam as chapas de aço, que chegavam a Portugal com a espessura necessária para o efeito, e era a partir delas que os cutileiros fabricavam as ditas lâminas. Quer dizer: o cutileiro não era o importador direto da matéria-prima. Recebia-a através do negociante local, que por sua vez a adquiria a outro comerciante, geralmente um importador do Porto.

No terceiro quartel do século XIX garfos e facas continuavam a ser fabricados nas freguesias rurais em oficinas de reduzidas dimensões, dispersas e quase sempre de caráter familiar. Vigorava o sistema de *putting out* ou indústria ao domicílio, em que os mestres trabalhavam em casa por conta dos negociantes da cidade, que faziam as encomendas, vendiam a matéria-prima, estabeleciam o preço, adquiriam semanalmente a totalidade da produção, que depois revendiam ou exportavam para o Brasil. Deste modo o capital comercial penetrava na esfera da produção. Era esta a situação que continuava a existir por ocasião da Exposição Industrial de Guimarães de 1884 (RELATÓRIO, 1991: IX e X).

José Custódio Vieira terá começado desta forma a intervir no fabrico de talheres. E em data desconhecida deu mais um passo: adquiriu uma fábrica de cutelaria que havia sido fundada em Guimarães em 1836. Dessa fábrica quase nada se sabe: apenas que em 1867, já na posse de Vieira, ocupava 20 operários com salários entre 24 e 36 centavos (BRAGA 2015: 202), o que denota uma manufatura de certa importância.

Se do comércio passou ao fabrico da cutelaria, das ferragens José Custódio Vieira passou também à produção do ferro. A propósito de António do Espírito Santo, já se referiu a sociedade entre este, Vieira e José Manuel de Melo na “Fundição de Vizela”, situada junto ao rio do mesmo nome, no lugar da Lage, na freguesia de Moreira de Cónegos. Que a fábrica chegou a laborar, prova-o, como já se disse, a presença da empresa na Exposição Industrial do Porto de 1865.

Tal como José de Castro Sampaio e António Ferreira Caldas, também José Custódio Vieira aproveitou a moda das exposições nacionais e internacionais para apresentar artigos da sua produção; mas, ao contrário daqueles, fê-lo sobretudo para publicitar e promover a sua cutelaria. Assim, marcou presença na Exposição Portuense Agrícola e Industrial de 1857, onde alcançou uma medalha. Em 1862 concorreu à Exposição Internacional de Londres, obtendo nova medalha (CORDEIRO, 2014: 312). Conseguiu uma terceira medalha na Exposição Agrícola e Industrial de Braga de 1863, em que apresentou utensílios de ferro fundido. Ganhará uma quarta na Exposição Industrial do Porto de 1865, a que levou facas, garfos, freios e estribos de diversas qualidades. Já na Exposição Industrial de Paris de 1867, onde expôs 25 tesouras de vários tamanhos e de diversas aplicações, Vieira não obteve qualquer galardão (BRAGA 2015: 133, 201 e 202). Foi certamente a sua importância como fabricante que justificou a inclusão do seu nome na comissão promotora, em Guimarães, da Exposição Industrial do Porto de 1861, na qualidade de vogal (BRAGA, 2015: 125).

José Custódio Vieira faleceu em 25 de maio de 1873, no estado de viúvo. Não fez testamento, deixou filhos e foi sepultado na capela da Ordem Terceira de S. Domingos<sup>70</sup>. Registe-se o seu espírito empreendedor, que se atreveu a um esboço de uma concentração vertical de empresas, juntando nas suas mãos a produção da matéria-prima, o fabrico do produto e a sua comercialização; e ainda o facto de representar a penetração do capital comercial na esfera da pré-indústria.

#### 4.6. Francisco José da Costa Guimarães, capitalista e comendador

O percurso de Francisco Guimarães é atípico em relação ao dos seus pares da Associação Comercial. Em 1865 era o único que se encontrava solteiro, tendo já 50 anos de idade. Nasceu a 22 de novembro de 1815 em Guimarães, na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, sendo seus pais António José da Costa Guimarães e Rosa Clara<sup>71</sup>. Casará a 4 de julho de 1869 pelas quatro horas da manhã (outra singularidade), com D. Maria Emília Teixeira, que vivera no Brasil em criança e era muito mais nova do que ele.<sup>72</sup> Será também o único que não teve filhos. Ao contrário do que era mais frequente, não habitava no prédio nem na rua em que tinha o estabelecimento comercial. E pertenceu à minoria dos fundadores que não exerceu qualquer cargo político ou administrativo. No entanto, foi um dos gerentes do Banco de Guimarães no ano da sua fundação e teve uma posição de relevo na Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, onde foi sucessivamente mordomo (1843), procurador (1848), tesoureiro (1852), secretário (1859) e provedor (1867 e 1878). Atingiu ainda a situação mais elevada na Santa Casa da Misericórdia, a de provedor (1869), durante muito tempo reservada a nobres ou eclesiásticos. Foi também o único que se tornou comendador da Ordem de Cristo.

<sup>70</sup> AMAP, Freguesia de S. Paio, Óbitos 1802-1880, P-436, fls. 264.

<sup>71</sup> AMAP, Freguesia da Oliveira, Batismos, 1815-1840, P-375, fls. 5 v.

<sup>72</sup> AMAP, Freguesia da Oliveira, Casamentos, 1839-1874, P-392, fls. 91 v.

A assinatura que deixou nos livros da Associação não denota grande trato com a escrita, destoando das caligrafias elegantes e regulares dos colegas, que numa escala de literacia alcançariam certamente uma notação elevada. Quando foi secretário da Assembleia-Geral da Associação Comercial, Francisco Guimarães limitava-se a assinar as atas manuscritas pelo secretário mais novo, o livreiro José Joaquim de Lemos. Nos negócios particulares, o seu escriturário Manuel da Costa Vaz Vieira asseguraria certamente toda a escrituração.

Francisco da Costa Guimarães viveu na Rua de Trás do Muro em casas com a frente de pedra, de três andares sobradados e loja, onde veio a falecer em 17 de setembro de 1884<sup>73</sup>. A rua passara, entretanto, a denominar-se Rua de S. Dâmaso, tendo a casa, então, os números de polícia 145 e 147.

Em 1843-45, aos 27 anos, tinha “loja de capela” à Porta da Vila, onde vendia chitas e “mais objetos pertencentes ao negócio de capelista”<sup>74</sup>. Teve provavelmente relações comerciais com o Brasil, país com que manteve algumas ligações. Quando casou, em 1869, era já um homem rico. Na escritura antenupcial assinada em 3 de julho daquele ano, a noiva dota-se com a legítima havida de seu pai, na importância de 2857\$172; com a legítima que lhe viesse a pertencer por óbito da mãe; e com o que viesse a adquirir por título gratuito. Mas o dote do noivo era bem superior: uma morada de casas na Rua Trás do Muro, duas moradas de casas na Rua da Fonte Nova; 5 inscrições (da dívida pública) no valor nominal de 1 800\$000; uma ação do Banco Mercantil Portuense, no valor de 200\$000; 15 ações do Banco União<sup>75</sup>, no valor nominal de 100\$000 cada uma; 15 ações do Banco Lusitano, no valor nominal de 100\$000 cada; a quantia de 10 contos de reis em dinheiro; e o que lhe adviesse por título gratuito<sup>76</sup>. Na assimetria deste casamento, a balança pendia visivelmente para o lado de Francisco Costa Guimarães. A avaliação dos seus bens coletáveis expressa no cadastro eleitoral de 1867 peca certamente por grave defeito.

O Padre Francisco Luís Fernandes, falecido em 1873, fê-lo seu herdeiro e testamenteiro, deixando-lhe o encargo de distribuir avultadas esmolas por todas as instituições caritativas de Guimarães e pelos pobres de todas as freguesias do concelho, sem exceção. A herança deu-lhe a posse de casas na Rua Nova das Oliveiras (atual Rua de Camões).

Francisco Guimarães estava habituado, portanto, a lidar com dinheiro, seu e dos outros. Era procurador de D. Delfina Cabral Pais Amaral, da Casa de Laços, residente em Lisboa, recebendo rendas e pagando impostos e outras despesas em seu nome. Representava também Francisco Gonçalves Lobo, do Rio de Janeiro, investindo o dinheiro de que era depositário em inscrições do Crédito Público e lançando em conta corrente os respetivos juros. Estes e outros pormenores são conhecidos através do inventário oficial feito obrigatoriamente por ocasião do óbito do Comendador, ocorrido a 17 de setembro de 1884, pois os seus herdeiros - os sobrinhos António José, Maria Francisca e Manuel Alfeu da Costa Guimarães se encontravam ausentes no Império do Brasil, o primeiro no Rio de Janeiro<sup>77</sup>, os dois últimos em Pernambuco.

73 AMAP, Freguesia da Oliveira, Óbitos, 1883-1896, P-1085, fls. 11 v.

74 AMAP, Licenças de lojas e mercados, 10-26-16-25, fls. 30 v, 79 e 133 v.

75 Banco União de Portugal e Brasil.

76 AMAP, Inventário por óbito do comendador Francisco José da Costa Guimarães, Maço 162, N.º 16.

77 Mais tarde em Nova Iorque.

É através desse documento que conhecemos os bens de raiz, os bens móveis, as peças de ouro e prata, as dívidas ativas e passivas, o dinheiro existente e as ações detidas por Francisco Costa Guimarães ao tempo da sua morte. Além do prédio da Rua de Trás do Muro/S. Dâmaso, nº. 145-147, e de outro em construção na mesma rua, nº. 149-151, contíguo àquele, havia três moradas de casas na Rua de Camões, nº 61, 63 e 65-67. Quanto aos títulos, avaliados em função da cotação oficial na data do falecimento, a relação é a que segue.

Quadro 4 – Os títulos de Francisco Guimarães

Quantidade	Designação	Valor total
3	Ações do Banco Mercantil Portuense, com o valor nominal de 200\$000	544\$500
16	Ações do Banco União, incluindo 1 título de 5 ações	1136\$000
13	Ações do Banco Lusitano	1114\$100
1	Título de 5 ações do Banco Ultramarino	160\$000
55	Ações do Banco de Guimarães	4675\$000
5	Ações da Companhia de Vizela	500\$000
4	Títulos da Real Irmandade dos Santos Passos	100\$000
3	Inscrições em cupões de assentamento da Junta de Crédito Público	153\$000
4	Inscrições da dívida interna	204\$000
1	Ação do Teatro Vimaranesense D. Afonso Henriques	1\$500
	TOTAL	8588\$100

Repare-se que o comendador era um grande acionista do Banco de Guimarães, mas também participava no capital de três dos mais importantes bancos de Lisboa e do Porto, como o Banco Ultramarino, o Banco Lusitano, ambos de Lisboa, e o Banco Comercial Portuense.

Continuando com a análise do inventário, é particularmente curiosa a lista das roupas pessoais e das peças de ouro do inventariado, que vale a pena conhecer em particular.

Quadro 5 – As roupas de um comendador

Quantidade	Designação
7	Camisolas usadas
15 pares	Ceroulas de linho
20	Camisas de linho e de algodão, com os competentes colarinhos e punhos
24 pares	Meiotes de linha
1 par	Calças de casimira preta de canais
1 par	Calças de casimira escura
1 par	Calças de casimira clara
1 par	Calças de casimira xadrez pretas e brancas
4	Coletes de casimira escura, em bom estado
1	Casacão de pano castor de felpe, com forro acolchoado
1	Paletó claro usado
1	Fraque de lustrina usado

1	Fraque de meia casimira escura
1	Casaca preta quase nova
1	Casaca preta usada
1	Casaco preto, de cinta, muito usado
1	Capote de pano castanho, à espanhola, usado
2	Chapéus, sendo um de seda e outro de pano, usados
3 pares	Botinas usadas

Quadro 6 – As peças de ouro do Comendador<sup>78</sup>

Designação	Valor
Uma corrente de ouro com tranquiha <sup>79</sup> e moscatão <sup>80</sup>	11\$620 (inclui meio feito)
Um relógio com caixa de ouro	18\$000
Um par de botões de ouro, de punho, e dois botões de peito	5\$900 (inclui meio feito)
Outro dito com asas e dois botões de peito	3\$670
Um botão de peito	\$400
Um hábito de Cristo <sup>81</sup> de prata dourada com os frisos da cruz de ouro	3\$000
Outro dito de prata	1\$500
Uma luneta de ouro	1\$200

É fácil imaginar um elegante trajando à moda da época, com o paletó descendo até aos joelhos, a calça larga de fazenda diferente, mas a condizer e sempre de tons neutros e austeros, a camisa com o colarinho e os punhos gomados presos por botões de ouro, o colete curto com dois bolsos de que pendia a corrente do relógio de ouro, os botins subidos com elástico. Ou então a casaca invariavelmente preta, para os momentos solenes, o fraque usado à noite em ocasiões menos formais, ambos com a nota brilhante da insígnia da Ordem de Cristo na lapela – sinal visível, social, de um estatuto elevado recentemente adquirido e que orgulhosamente se exhibe.

#### 4.7. José António Peixoto de Lima, negociante grossista de mercearia

José António Peixoto de Lima não teve a projeção social de um Sampaio, de um Caldas ou de um Areias, nem o espírito empreendedor de um Espírito Santo ou de um Vieira. Não desempenhou funções oficiais e o seu nome não aparece entre os dirigentes das variadas associações vimaranenses (a Associação Comercial de Guimarães foi a exceção). No negócio, nos investimentos, na família, nas determinações sobre o seu funeral, o perfil de José António Lima é o de um conservador.

<sup>78</sup> Segundo avaliação feita em 22.12.1884 pelo contraste e ensaiador do ouro José Joaquim da Cruz, (Inventário citado, fls. 66 e 66 v.).

<sup>79</sup> Haste retilínea com que se segura a corrente do relógio na botoeira.

<sup>80</sup> Mosquetão, peça na extremidade de uma corrente, a que se prende o relógio ou outro objeto.

<sup>81</sup> Insígnia da Ordem de Cristo.

Nasceu a 10 de março de 1803 no seio de uma família numerosa. Era filho do negociante vimaranense António José Peixoto de Lima e de sua esposa D. Antónia Joaquina, moradores na Rua do Postigo de S. Paio<sup>82</sup>. Seu irmão António José começou como caixeiro do pai (CARVALHO, 1946: 85); José António seguiu provavelmente o mesmo caminho, enquanto os irmãos mais novos escaparam à reprodução social através da Igreja ou dos estudos: Francisco António foi padre diácono, e Manuel António bacharel em direito.

Foi com uma filha deste último, Cândida Filomena de Moraes Lima, portanto sua sobrinha, que José António Lima se casou na igreja do extinto convento de S. Domingos em 22 de julho de 1844, obtida a indispensável dispensa de 1.º e 2.º graus de consanguinidade<sup>83</sup>. Uma das testemunhas foi João de Castro Sampaio, de quem se conservará amigo durante toda a vida: Sampaio também estará presente no ato de apresentação do testamento de Lima, em que é indicado como tutor substituto de seus filhos menores<sup>84</sup>.

A consanguinidade teve os seus custos: o filho António era aleijado, outros tiveram pouco tempo de vida, e só seis sobreviveram ao pai - Filomena do Carmo, Elisa do Sacramento, Elvira de Jesus, o Padre Francisco António Peixoto de Lima - que virá a ser capelão da Casa Real (MORAES, 1998: 469) -, José António e Arminda da Conceição, três dos quais menores.

A vida da família Lima centrou-se na zona do Postigo de S. Paio (que depois perderá a individualidade, incorporado na Rua de S. Paio) e na Rua dos Açougues (que, em parte, passará a Rua do Anjo). Aí nasceu o nosso biografado, aí possuía três moradas de casas, aí faleceu no dia 1 de novembro de 1873<sup>85</sup>.

É possível ainda hoje identificar os prédios em questão: um de três andares com frente para a Rua de S. Paio e esquina para a Rua do Anjo; o que lhe fica contíguo na Rua do Anjo, de dois andares; e um terceiro, também com entrada pela mesma rua, no vão da Torre da Alfândega.

Interessa-nos particularmente a torre da antiga muralha, que continua majestosa à entrada do Toural e está atualmente em obras de requalificação. Era então propriedade particular, como até há poucos anos. Por ocasião do casamento de José António Peixoto de Lima, sua mãe, D. Antónia Joaquina, então viúva, dotou-o com metade do terreno do vão da referida torre “inclusive a pedra que existia sobre esta mesma metade de terreno, da torre ou da muralha”, e ainda com a casa contígua da Rua dos Açougues e a quantia de 353\$000 em dinheiro metal. A parte da torre que coube a José António Lima era a metade que dava diretamente para a rua. Havia, porém, condições: a doadora reservava para si o usufruto; devia ser disponibilizado um corredor de servidão para a outra metade do terreno; após a morte da doadora, passaria o filho a pagar à Câmara Municipal o foro que lhe era devido da importância de 115 réis.<sup>86</sup> (a metade do terreno que pegava com o muro da torre pertencerá ao irmão António José).

---

82 AMAP, Freguesia de S. Paio, Batismos, 1801-1822, P-420, fls. 29 v.

83 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls.116.

84 AMAP, Testamentos do Concelho - Testamento de José António Peixoto de Lima e mulher D. Cândida Filomena de Moraes Lima, do Postigo de S. Paio desta cidade, 10-22-5-21: 11 e seguintes.

85 AMAP, Freguesia de S. Paio, Óbitos, 1802-1880, P-436, fls.267.

86 AMAP, Dote para casamento de José António Peixoto de Lima e de D. Cândida Filomena de Moraes Lima desta vila, Nota do tabelião Francisco José da Silva Basto, 9-18-18-7, fls. 73-75.

Neste documento vem também indicado o dote do noivo para consigo, e o dote do pai da noiva à filha.



Mais tarde, na posse da propriedade doada, Lima mandou construir, na parte do vão que ficou para o irmão e com autorização deste, uma morada de casas de um andar, com sótão e loja e suas competentes escadas exteriores de pedra. A loja servia-lhe de adega; lá guardava certamente os cinco cascos de madeira de castanho, quatro em “bom uso” e o quinto em mau estado, onde armazenava os 2004,416 litros de vinho para consumo doméstico inventariados em 1873; por sua vez o andar superior servia de celeiro para os 1280 litros de milho existentes na mesma ocasião.<sup>87</sup> É possível que na construção desta espécie de armazém tenha sido utilizada parte da pedra solta e mesmo da muralha, uma vez que posteriormente só é referida a casa e o vão da torre, sem qualquer menção à torre em si ou à pedra.<sup>88</sup>

O foro também tem a sua história: tendo sido arrematado em hasta pública à Câmara Municipal juntamente com outros foros, por José Mendes Ribeiro e mulher, da Rua de Couros, veio a ser-lhes comprado em Novembro de 1865 pelo filho de José António Lima, Francisco, então maior de 14 anos e menor de 25, com a necessária autorização paterna.<sup>89</sup>

José António Peixoto de Lima era negociante grossista de mercearia. Não lhe faltariam clientes: em 1881 estimavam-se em 35 os estabelecimentos do ramo existentes na cidade (CALDAS, 1996: 71), a maioria dos quais seria de retalho.

Podemos fazer ideia do volume dos seus negócios através das existências dadas a inventário por ocasião do óbito, e que se podem ver no quadro que segue.

Quadro 7 – As fazendas do negócio de José A. Peixoto de Lima

Quantidade	Artigo	Preço por Unidade	Valor total
500 Kg	Arroz	\$100	50\$000
590 Kg	Arroz	\$090	45\$000
440 Kg	Arroz	\$080	35\$200
232 l	Azeite	\$200	46\$400
230 l	Óleo	\$160	36\$800
220 Kg	Bacalhau	\$160	38\$400
220 Kg	Bacalhau	\$140	33\$600
30 Kg	Açúcar refinado	\$220	6\$600
30 Kg	Açúcar branco	\$220	6\$600
45 Kg	Açúcar mascado	\$180	8\$100
22,5 Kg	Velas de sebo	\$200	4\$500
10 resmas	Papel	\$500	5\$000
1,5 dúzia	Vassouras de palma	3\$000/dúzia	4\$500
---	Linhaça	---	1\$000
TOTAL			321\$700

87 AMAP, Inventário por óbito de José António Peixoto de Lima, Maço 288, N.º 4, fls. 44.

88 AMAP, doc. cit., fls. 49.

89 AMAP, Nota do tabelião José Joaquim de Oliveira, 9-4-19-5, fls. 47.

Embora não pudesse ser considerado pobre, José António Lima não era propriamente rico. Além do negócio e de 4 inscrições da Fazenda pública, (forma de investimento menos arriscada em produtos financeiros), os seus bens eram essencialmente constituídos pelos prédios urbanos já mencionados e por propriedades rústicas: uma bouça na freguesia de Atães, outra na freguesia de Creixomil; a propriedade denominada Veiga da Lapa, na freguesia de Santa Eulália de Fermentões.

A relação dos bens móveis da família referidos no inventário de menores denota um ambiente de média ou pequena burguesia. Fica-nos, contudo, a impressão de que a casa já conheceu melhores dias, pois grande parte dos artigos avaliados são classificados como em meio uso ou mesmo em mau uso. A “cozinha de ferro” (fogão), por exemplo, é já velha, os móveis são de madeira de cerdeira excepto as cómodas de castanho, mas a roupa de casa é abundante, entre lençóis de linho com folhos e bordados, lençóis de estopa e de chita, 22 metros de pano de linho em peça, 10 toalhas de mesa de pano de linho, etc. Na roupa do inventariado há ceroulas de pano cru, camisas de morim, calças e casacos de pano, coletes de pano ou de fustão, tudo muito comum. Um toque de requinte era dado pelas “fitas do pescoço”, pelo guarda-sol de seda, a bengala de massa, a corrente de ouro com tranquiilha, os dois botões de ouro, de camisa; o relógio de caixa de prata com corrente de ouro com gancho e mosquetão, tendo presos um sinete e uma chave de dar corda; o par de óculos de ouro servindo também de luneta; a velha caixa de rapé, de prata. As pratas de uso doméstico consistiam numa salva “de continhas” de 610 g. e um par de castiçais (não nos esqueçamos de que a iluminação era móvel).

Voltando ao testamento, impressiona a extrema preocupação com que José António de Lima descreve minuciosamente a mortalha—o hábito preto de lã dos religiosos da ordem dominicana, com túnica e escapulário de lã branca— indo ao exagero de mencionar as meias brancas de linho ou de algodão e o feitio dos sapatos de couro com orelha saída e larga, apertados com botões ao lado “na forma como usavam alguns antigos religiosos”. Impressiona igualmente o tom autoritário com que proíbe “expressamente” que haja música e cera pelas grades, e o rigor com que determina pormenorizadamente as cerimónias fúnebres e os sufrágios.

É de crer que todas estas disposições tenham sido cumpridas. Quando faleceu, aos 70 anos, no dia 1 de novembro de 1883, foi enterrado na igreja do antigo convento de S. Domingos<sup>90</sup>, talvez junto ao altar de Nossa Senhora do Rosário como era seu desejo.

Esta nota ficaria incompleta se não dissesse que após o desaparecimento de António Lima, a casa e o vão da velha Torre da Alfândega, foreira à Câmara Municipal, foi vendida em hasta pública e arrematada pela quantia de 380\$000.

#### 4.8. José Joaquim de Lemos. livreiro à Porta da Vila

No segundo quartel do século XIX Domingos António de Lemos, natural de Garfe, casado com Ana Joaquina de S. José<sup>91</sup>, vivia em Guimarães na Rua da Porta da Vila.

A Porta da Vila já não existia, mas a sua memória persistia na toponímia e continuou a persistir, mesmo quando aquele pequeno troço de ligação ao Tournal veio a ser absorvido pela Rua da Rainha e a sua casa passou a ter o

<sup>90</sup> AMAP, Freguesia de S. Paio, Óbitos 1802-1880, P-436, fls. 267.

<sup>91</sup> AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls. 69.

nº. 27. Domingos António de Lemos tinha aí a sua loja de fazendas brancas e “o mais pertencente ao negócio de capelista”<sup>92</sup>. Foi também na Rua da Porta da Vila que em 1832 nasceu o seu quarto filho e primeiro varão, José Joaquim de Lemos, que teve como madrinha D. Ana Margarida Monteiro de Castro, primeira mulher de António do Espírito Santo<sup>93</sup>.

Como se disse oportunamente, José Joaquim de Lemos foi um dos membros da comissão organizadora da Associação Comercial de Guimarães que elaborou o projeto de estatutos; fez também parte da direção provisória e, depois das eleições de outubro de 1865, foi secretário da respetiva Assembleia-Geral sob a presidência de António do Espírito Santo. Com 33 anos era o mais novo da equipa, mas já estava casado desde 11 de outubro de 1856 com D. Emília de Jesus Maria<sup>94</sup>. Seu pai ainda vivia (morrerá em 1870<sup>95</sup>), o que explica que José Joaquim não fosse ainda proprietário de bens imóveis. Entre os variados produtos que se vendiam no estabelecimento paterno, em determinada altura surgiram o tabaco e o sabão, e também livros e papel.

José Joaquim era um homem culto. Quem folheia os primeiros livros da Associação repara na caligrafia impecável, na ortografia sem falha, na correção sintática, no discurso bem organizado e elegante. Estas qualidades pesaram talvez na sua escolha para o desempenho de funções de natureza tributária: procurador do grémio dos capelistas, de que António do Espírito Santo era presidente, em 1862; louvado para a contribuição industrial em 1864, louvado para a avaliação dos prédios rústicos e urbanos da freguesia de S. Sebastião em 1874. De notar também o seu empenho nas origens de uma instituição de beneficência bem cara aos vimaranenses – o Asilo de Santa Estefânia do Amor a Deus e ao Próximo. Com efeito José Joaquim de Lemos pertenceu à respetiva comissão administrativa, cessando funções em 1865 para integrar como secretário eleito a mesa da assembleia-geral; e em 1878 foi um dos signatários presentes no acto de aprovação dos novos estatutos (MORAES, 2000: 40). Livros, secretariado, redação de estatutos – tal parece ter sido o seu terreno de eleição.

Relativamente à Associação Comercial, Lemos abandonou-a voluntariamente em janeiro de 1868, dois dias antes de Espírito Santo apresentar a demissão e certamente pelos mesmos motivos. Repare-se como em vários momentos da sua vida aparece ligado ao padrinho por afinidade.

José Joaquim de Lemos faleceu em 7 de julho de 1896, no estado de viúvo<sup>96</sup>. Ele, habituado à escrita, já não pôde escrever o testamento pela própria mão. Na véspera da morte, estando doente de cama, mas em seu perfeito juízo, chamou a sua casa (o número 27 da já então Rua da Rainha) o tabelião Gaspar Ribeiro da Silva Castro e, perante seis testemunhas, ditou as últimas vontades. O testamento é curto e simples, tendo pouco a ver com os documentos análogos de António do Espírito Santo, Peixoto de Lima ou Custódio Gomes. José Joaquim de Lemos também faz a sua profissão de fé católica, implora a misericórdia de Deus Todo-poderoso, pede o perdão dos pecados, mas não há nenhum traço de autoritarismo ou desejo de projetar o seu querer para além da própria vida. Deixa à vontade dos filhos a forma do enterro e os sufrágios, ressaltando apenas que os façam “com toda a simplicidade e modéstia”. Não se demora a repartir os bens materiais pelos cinco descendentes

---

92 AMAP, Licenças de lojas e mercados, 1843-1845, 10-2-16-25, fls. 129 v.

93 AMAP, Freguesia de S. Paio, Batismos, 1822-1860, P-421, fls. 52 v.

94 AMAP, Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429, fls. 152 v.

95 AMAP, Freguesia de S. Paio, Óbitos, 1802-1880, P-436, fls. 226 v.

96 AMAP, Freguesia de S. Paio. Óbitos, 1881-1901, P-1317, fls. 146.

que tinha vivos e que declara como universais herdeiros: Amélia, José, Cândida, Maria do Carmo e João. Apenas dita algumas explicações para evitar qualquer dúvida futura: a quantia que já adiantara a José por conta da legítima, qual era o ordenado de seu caixeiro Augusto Inácio da Cunha Guimarães (que virá a casar com Maria do Carmo), quais os móveis que eram pertença particular das filhas. E é neste ponto que o testamento adquire o valor de um documento sociológico, ao permitir-nos entrever de relance uma nesga do ambiente doméstico. Na sala de visitas, toda a mobília é de Maria do Carmo, pois fora-lhe deixada pela madrinha, excepto o piano e respetivo banco, comprados por Amélia. Há, portanto, um piano, provavelmente um piano vertical importado do estrangeiro, que em finais do século XIX passa a marcar presença nos salões como objeto fundamental para os serões familiares e de amigos; e que se torna essencial na educação das meninas de boas famílias, que devem saber “tocar piano e falar francês”. Amélia goza, aparentemente, de uma certa independência na habitação. Na sala em que ela vive, toda a mobília é sua: cama, toucador, guarda-roupa, meia cómoda, lavatório e 12 cadeiras. O aposento de Amélia é simultaneamente quarto de dormir, sala (reparem-se nas 12 cadeiras) e local da higiene pessoal (o lavatório). Também lhe pertence o baú de couro contendo diferentes roupas brancas que está na sala, assim como o relógio e a caixa (leia-se arca) com louças e roupas de pano de linho e morins, porventura o seu enxoval<sup>97</sup>.

Foi breve este olhar para dentro da casa de José Joaquim de Lemos. Depois do seu falecimento em 7 de julho de 1896, alguém na família continuará o negócio do livreiro.

#### 4.9. Custódio José Gomes, mercador de panos do Terreiro de S. Francisco

A história repete-se: um rapaz nascido numa freguesia rural do concelho ou no âmbito mais vasto da comarca vem para Guimarães e emprega-se no comércio; é esperto e tem jeito para o negócio; quando consegue os meios necessários, por volta dos 28 anos, estabelece-se por conta própria e trata do casamento; vêm depois os filhos, um de cada dois em dois anos como era próprio duma demografia de Antigo Regime; alguns morrem crianças. Quando os negócios correm bem, vai aplicando os lucros na aquisição de prédios rústicos ou urbanos, tornando-se um abastado proprietário.

Foi assim o percurso de Custódio José Gomes, filho de Manuel Francisco Portela e de Antónia Gomes, natural de S. Gens de Monte Largo, concelho de Cabeceiras de Basto,<sup>98</sup> onde terá nascido nos finais do século XVIII. Casa em Guimarães a 28 de outubro de 1828 com D. Josefa Maria Emília dos Santos, um pouco mais nova do que o noivo. Mora e tem estabelecimento no campo ou Terreiro de S. Francisco (depois Campo D. Afonso Henriques), na freguesia de S. Sebastião. De 1843 a 1845 encontramo-lo a pagar a licença de porta aberta da loja onde vende fazendas de lã e seda<sup>99</sup> - ou seja, Custódio Gomes era o que, na linguagem da época se designava por “mercador de panos”.

Nos anos seguintes certamente construiu uma reputação de pessoa idónea; fez parte da vereação de 1856/1858, e em 1863 foi nomeado vogal da Junta de Repartição da contribuição industrial<sup>100</sup>.

---

97 AMAP, Testamentos do Concelho, 10-22-10-20, fls. 95-98.

98 AMAP, Freguesia de S. Sebastião, Óbitos, 1878-1890, P-982, fls. 121.

99 AMAP, Licenças de lojas e mercados, 10-26-16-25, fls. 23, 93 v. e 139.

100 AMAP, Procuradores do Grémio dos capelistas, ourives, pedreiros... 10-12-01-08, doc.153.

Aos 67 anos de idade e décadas de profissão, proprietário de prédios arrendados e por arrendar, em outubro de 1865 Custódio José Gomes é escolhido pelos comerciantes seus colegas para integrar a direção da Associação Comercial de Guimarães. E pouco depois volta a ser chamado para desempenhar funções relacionadas com o lançamento de impostos: é nomeado informador para a louvação dos prédios rústicos nas freguesias de S. Paio e S. Sebastião (1866/68), com vista à elaboração das matrizes prediais requeridas por recente reforma tributária; em 1872 é designado louvado para a contribuição industrial na freguesia de S. Sebastião e mais tarde para a contribuição pessoal na mesma freguesia<sup>101</sup>; em 1869 foi vogal da Junta de Repartição.

A vida de Custódio José Gomes foi longa, terminando em 7 de julho de 1888.<sup>102</sup> Estava viúvo havia dez anos, assistira à morte de vários dos seus filhos. Quando redige o testamento, em janeiro de 1887, restavam-lhe apenas três: Manuel, morador em Vermoim, Vila Nova de Famalicão; António, residente em Lisboa; e Maria, a quem já entregara 15 contos de reis, provavelmente por ocasião do seu casamento com Augusto Mendes da Cunha.

No testamento, depois do preâmbulo de carácter religioso, Custódio Gomes determina pormenorizadamente como há-de ser amortalhado e como hão-de decorrer as cerimónias fúnebres, desde a exposição do corpo na capela da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, a que pertence, até ao acompanhamento ao cemitério público, onde efetivamente foi sepultado.

Não esquece os seus criados Gertrudes, António e Carolina, contemplando cada um com 4 libras. Para os filhos, seus gerais e universais herdeiros, ficam a casa em que vivia, com frente para o Largo de S. Francisco, números 14-16, junta e pegada numa só com outra voltada para a viela do Anjo; outras casas no mesmo Largo, números 17 a 23; outras casas na Praça de S. Tiago; propriedades em Nespereira (casal e quinta do Moreiro) e em Santa Maria de Souto (Quinta do Forno e Quinta do Forno de Baixo). É curioso que esta última fora adquirida ao Barão de Almagem com reserva de vida do juro de 3% sobre a importância de 2000\$00 – um exemplo de transferência da propriedade fundiária da nobreza em dificuldades financeiras para uma burguesia em ascensão. O tabelião que recebeu e aprovou o testamento de Custódio José Gomes não se esquece de lhe dar o tratamento de “ilustríssimo”.

## 5. Conclusão

1865. Os nove eleitos para presidirem aos destinos da recém-fundada Associação Comercial de Guimarães eram bem conhecidos, quer dos eleitores, quer dos vimaranenses em geral. Tinham um passado de comerciantes bem-sucedidos e provas dadas de dinamismo e de dedicação à causa pública.

Também não eram estranhos entre si. Sampaio e Lima eram amigos de longa data. Sampaio e Gomes haviam sido colegas na vereação de 1856/58. Espírito Santo presidira em 1862 ao Grémio dos negociantes capelistas, a que Caldas e Lemos pertenciam. Espírito Santo e Vieira associaram-se na Fundação de Vizela. Lemos era afilhado de batismo da primeira mulher de Espírito Santo. Sampaio e Francisco Guimarães haviam sido, respetivamente,

---

101 AMAP, Procuradores do Grémio dos capelistas, ourives, pedreiros... 10-12-01-08, doc. 144 e 175.

102 AMAP, Freguesia de S. Sebastião, Óbitos, 1878-1890, P-982, fls. 121.

provedor e tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia. E Vieira, Sampaio, Lemos, Areias e Espírito Santo tinham colaborado, embora de forma diversa, na fundação, direção ou apoio ao Asilo de Santa Estefânia.

Razões de sobra para esperar o maior êxito do novo projeto em que todos estavam envolvidos. E, no entanto, de modo inexplicável para os observadores a mais de 150 anos de distância, a Associação Comercial de Guimarães entra em crise a partir de 1867 e dela só sairá cerca de 1880.

1865. Na fotografia de conjunto que os dirigentes iniciais da Associação provavelmente nunca tiraram, podia ter acontecido que, por indicação do fotógrafo ou por iniciativa própria, os nove se tivessem disposto da seguinte maneira: no primeiro plano, sentados, teríamos ao centro a figura respeitada de António do Espírito Santo, ladeado por João de Castro Sampaio à direita e por Francisco José da Costa Guimarães à esquerda; nas duas pontas, António José Ferreira Caldas e João António da Silva Areias. No segundo plano, de pé, no meio, José Custódio Vieira e Custódio José Gomes, entre José Joaquim de Lemos e José António Peixoto de Lima.

Esta fotografia virtual é apenas um esboço: pode ser retocada, pode ser ampliada, pode mudar-se-lhe a moldura ou a cor do fundo. Pretende ser, sobretudo, uma memória e uma homenagem àqueles que, tendo a marca profunda das tendências e contradições da sua época, sonharam em Guimarães com o futuro e quiseram começar a construí-lo.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes manuscritas

#### Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Guimarães

*Actas das sessões da Assembleia-Geral da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1880, ACIG 61.*

*Estatutos da Associação Comercial de Guimarães, 1865. ACIG 64.*

*Livro de actas da Direcção da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1880. ACIG 62.*

*Livro de matrícula da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1866. ACIG 76-*

*Livro da receita e despesa da Associação Comercial de Guimarães, 1865-1880. ACIG 57.*

#### Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

*Acção executiva por foros, 1891, 7-29-24-8-5*

*Derrama municipal de 1865 a 1866, 10-26-8-1*

*Execução hipotecária, sendo exequente José Mendes Ribeiro de Freitas e outros, e executado João António da Silva Areias, 7-23-24-8-3*

*Freguesia da Oliveira, Batismos, 1815-1840, P-375*

*Freguesia da Oliveira, Casamentos, 1839-1874, P-392*

*Freguesia da Oliveira, Óbitos, 1883- 1895, P-1085*

*Freguesia da Oliveira, Óbitos, 1899-1910. P-1672*

*Freguesia de S. João das Caldas (Vizela), Batismos, 1803-1824, P-912*

*Freguesia de S. Paio 1801, Batismos, 1801-1822, P-420*

*Freguesia de S. Paio 1801, Batismos, 1822-1860, P-421*

*Freguesia de S. Paio, Casamentos, 1795-1865, P-429*

*Freguesia de S. Paio, Óbitos, 1802-1880, P-436*

*Freguesia de S. Paio, Óbitos, 1881-1901, P-1317*

*Freguesia de S. Sebastião, Batismos, 1840-1849, P-454*

*Freguesia de S. Sebastião, Óbitos, 1878-1890, P-982*

*Inventário de menores por óbito de José António Ferreira Caldas, Maço 149, N.º 3*

*Inventário de menores por óbito de José António Peixoto de Lima, Maço 288, N.º 4*

*Inventário de menores por óbito de Maria Inácia Carmelinda, 7-30-6-9-2*

*Inventário por óbito do comendador Francisco José da Costa Guimarães, Maço 162, N.º 16.*

*Licenças de lojas e mercados, 1843-1845, 10-26-16-25*

*Livro de Recenseamento Geral de eleitores de 1867, 10-10-8-2.*

*Nota do tabelião Francisco José da Silva Basto, 9-18-18-7*

*Nota do tabelião José Joaquim de Oliveira, 9-4-19-5*

*Passaportes que passam por esta Subperfeitura, 1834, 10-8-15-25*

*Procuradores do Grémio dos capelistas, ourives, pedreiros... 10-12-1-8*

*Recibos, C- 1308, maços de 1854-1855 e 1864-1865*

*Registo de Alvarás e Diplomas, 19-8-18-31*

*Testamentos do Concelho*, 10-22-5-21

*Testamentos do Concelho*, 10-22-5-23

*Testamentos do Concelho*, 10-22-10-20

#### Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento

*Livro de Notas N.º 2 do ourives feirante José Moreira Pinto de Carvalho*, B.S. 13-3-98.

#### **Fontes impressas**

*Projecto de Estatutos da Associação Comercial de Guimarães apresentado em Assembleia-Geral de 13 de Abril de 1882*. Porto: Typographia Central. ACIG 200.

#### **Bibliografia**

ALCÂNTARA, Manuela (2016). Para a história da Torre da Alfândega. *O Comércio de Guimarães*, 6.04.2016.

ALMEIDA, Eduardo de (1943). No vasto panorama da tradição histórica de Guimarães – uma centúria de labor comercial na mesma família. *Revista de Guimarães*, 53 (1-2), jan.-jun.

BRAGA, Alberto Vieira (1959). Curiosidades de Guimarães XVIII: Ruas. Casas. Muralhas. Torres. Obras. Décimas camarárias. Direitos paroquiais. *Revista de Guimarães*, 62 (1-2), jan.-jun., p.161-302.

BRAGA, Alberto Vieira (2015). Curiosidades de Guimarães XV: Guimarães nas exposições nacionais e internacionais. *Curiosidades de Guimarães*, vol. IV. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

BRITO, Francisco (2014). Guimarães entre 1853 e 1901: um apontamento político e social. *Boletim de Trabalhos Históricos*, série III, vol. III, p. 48-95.

CACHADA, Armindo (1990). Associação Comercial e Industrial de Guimarães: Subsídios para a sua história. *Boletim Informativo*, número especial comemorativo dos 125 anos da ACIG, p. 17-44.

CALDAS, António José Ferreira (1996). *Guimarães. Apontamentos para a sua História*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Sociedade Martins Sarmento (1.ª edição 1881).

CARVALHO, A. L. de (1946). *Os Mesteres de Guimarães*, vol. VI: *Mercadores e Mesteirais*. Braga: Oficinas Gráficas Pax.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2014). A tradição das cutelarias, in *Guimarães: a tradição das cutelarias*. Guimarães: Associação Industrial e Comercial de Guimarães, p.251-1001.

FERRO, João Pedro (2004). Comunicações e comércio: linhas gerais, in Sousa, Fernando de; Marques, A. H. de Oliveira (coord.) *Portugal e a Regeneração*, vol. X da Nova História de Portugal. Lisboa, Editorial Presença, p.97-107.

FIGUEIREDO, Octávio (2004). Crescimento e pulsações económicas, in Sousa, Fernando de; Marques, A. H. de Oliveira (coord.) *Portugal e a Regeneração*, vol. X da Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, p. 71-97.



- KINNON, Anthony de Seife (2006). *Guimarães: Século XIX, de vila a cidade*. Guimarães: Edição do Autor.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1978). *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Palas Editores
- MENDES, J. Amado (1993). Evolução da economia portuguesa, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol.5. [s.l.]: Círculo de Leitores, p. 315-323.
- MEIRELES, Maria José Marinho de Queirós (2000). *O património urbano de Guimarães (séc. XI-XX): permanências e alterações*. Braga: Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Urbana.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de (1998). *Ao redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães: Edição da Autora.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de (2000). *149 Anos do Lar de Santa Estefânia, Guimarães 1858-1998*. Guimarães: Lar de Santa Estefânia.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de (2001). *Velhas Casas*, vol. I. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e Família.
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de; COSTA, José Couceiro da (2004). *Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos - História de uma Real Irmandade*. Guimarães: Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos.
- NEVES, António Amaro das; LAMEIRAS, Alberto (coord.) (2010). *1884 – O ano que mudou Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- PINHEIRO, Alfredo Dias (1931). *A Misericórdia de Guimarães*. Guimarães: Tipografia Minerva Vimaranesense.
- RELATÓRIO da Exposição Industrial de Guimarães em 1884* (1991). Guimarães: Muralha, Associação de Guimarães para a Defesa do Património.
- SOUSA, Fernando de (2004). Introdução, in Sousa, Fernando de; Marques, A. H. de Oliveira (coord.) *Portugal e a Regeneração*, vol. X da Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, p. 9-16.
- VAQUINHAS, Irene; CASCÃO, Rui (1993). Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol.5. [s.l.]: Círculo de Leitores, p. 441-457